

Projeto Focus retrata
segurança em SC

Páginas 12 a 15

Educação e saúde na
discussão de gênero

Páginas 19 e 20

Entrevista

Páginas 16 a 18

Marcos Piangers

a PARTE

Jornal laboratório do curso de Jornalismo da FURB - Universidade Regional de Blumenau | Ano I - nº 2 - dezembro de 2016



**Faltam
espaços
para lazer
na Coripós**

Página 6

Por que nós estamos aParte

Porque não é negociável. Porque nesta segunda edição, os colaboradores se permitiram ultrapassar os muros da universidade, e trazer à tona outras facetas da realidade da nossa cidade. Procuramos por pautas que suplicam atenção, mas que às vezes não ganham o devido destaque, ou que estiveram fora das reuniões de pauta das empresas de comunicação regionais. Olhamos para Blumenau, por

Blumenau, por nossos problemas e êxitos, por possíveis soluções, por mais voz às comunidades, por representatividade. Por amor ao jornalismo.

As diferentes editoriais e pautas, escolhidas com esmero e baseadas nos critérios de noticiabilidade, levam em consideração, sobretudo, o ponto de vista do cidadão, e são reflexo de um trabalho que envolveu todas as fases do recente curso de Jorna-

lismo da Universidade Regional de Blumenau.

O grupo de acadêmicos partiu do objetivo de apresentar um jornal que se posiciona a parte, que faz frente, de forma independente, voluntária, colaborativa, com ética e credibilidade. Que possibilita ao leitor o acesso a um material inteligente, de um pessoal que ainda está ensaiando os primeiros passos para entrar no mercado jornalístico.

A nova ditadura

Nelson Garcia Santos*

A história política brasileira é repleta de acontecimentos que marcam momentos democráticos e momentos de ditadura: a “República Velha”, a “república do café com leite”, os “movimentos trabalhistas”, o “Estado Novo”, entre outros.

Em 2002, a democracia brasileira permitiu a eleição de um líder sindical para a Presidência da República por dois mandatos, depois elegendo por mais dois mandatos o Partido dos Trabalhadores com Dilma Rousseff, primeira mulher presidente do Brasil. Foi instituído um governo liberal com algumas migalhas de distribuição social. Até quando os setores da burguesia encontraram algumas resistências aos seus interesses e um novo golpe foi armado.

O golpe de 2016 teve como atores o vice-presidente da República, os Presidentes da Câmara e do Senado, apoiados por deputados federais e senadores. O Judiciário também deu sua colaboração. A atitude das forças armadas foi de neutralidade e cumplicidade, enquanto que a mídia tradicional deu amplo apoio às ações.

Mas por que a necessidade de um Golpe de Estado? Para efetivar com maior rapidez a privatização,

destinar a poucos grupos econômicos a maior parte dos lucros. O golpe foi para frear programas como que garantem direitos aos trabalhadores.

Não ter liberdade para se opor ao golpe realizado, é aí que reside a ditadura. Para compreender o caráter ditatorial do Golpe, vejamos algumas situações: nas manifestações em São Paulo de 29 de agosto a 04 de setembro, a polícia militar reprimiu com bombas de gás lacrimogênio, spray de pimenta e balas de borracha, uma jovem perdeu a visão. Na Escola Nacional Florestan Fernandes (São Paulo) em 04/11/16, a polícia civil chegou à escola em dez viaturas. Sem mandado de busca e apreensão, fortemente armados, os policiais queriam entrar de qualquer jeito na escola. Os trabalhadores exigiam o mandado, os policiais tentaram quebrar a porta, e conseguiram entrar pela janela da portaria. Apontaram armas para estudantes que estavam por perto, o bibliotecário da escola, de 64 anos, foi jogado no chão e algemado e, à violência exercida lhe resultou em uma costela que-



brada. Estas atitudes da polícia civil visam criminalizar os movimentos sociais.

Além de implantar uma ditadura civil, efetiva retrocessos como: tirar todas as mulheres do primeiro escalão; proporcionar o desmonte do INSS; definir que as políticas sobre drogas serão conduzidas por coronel; proporcionar a interrupção das bolsas do programa Ciência Sem Fronteira; desmontar o Conselho Nacional de Educação; retirar recursos para a educação; entre várias outras ações que ameaçam significativamente as conquistas sociais.

Diante de tal conjuntura, o que você fará diante da ditadura Temer? Aceitará ser personagem passivo, ao permanecer no conforto alienante da TV, dos jogos e da mídia superficial, ou se juntará aos milhares de jovens que estão nas ruas, nas escolas ou em outros lugares confrontando as medidas injustas, precarizadoras, ultraneoliberais, violentas, segregadoras, misóginas e antidemocráticas de Temer? Você decide!

Mestre em Sociologia Política pela UFSC, professor de Ciências Sociais da Furb



aPARTE

Jornal Laboratório

Ano I- Nº 2

Dezembro de 2016



Endereço:

Rua Antônio da Veiga, 140 – Bairro Victor Konder
CEP – 89030-903 – Blumenau/SC
Telefone: 47 3321-0235

Coordenação do Curso de Jornalismo

Profa. Dra. Roseméri Laurindo

Coordenação do Jornal Laboratório

Prof. Dr. Sandro Galarça – Reg. Prof. 8357/MTb RS

Coordenação do Planejamento Visual

Prof. Me. Renato Valderramas

Editora-chefe

Letícia Lima

Editoras Executivas

Julia S. Schaefer e Nathália Heidorn

Repórteres

Márcia França Leoni, Brenda Pereira, Vanessa Eskelsen, Manoela Espig, Raphael Carrasco, Ricardo Hoffmann, Alice Kienen Gramkow, Maria Julia Spengler, Ana Paula Dahlke, Luisa Von Padilla, Jacqueline Hilbert, Renato Luiz Becker de Britto, Anna Clara Uliano, Luiz Guilherme Giovanella Antonello, Brenda Bittencourt, Gabriela Ribeiro, Gilliard Bernardino Roden, João Victor Baumgartel Góes, Richard Martan Ferrari, Odair José da Silva, Ana Cláudia Kostetzer, Jaine Bagattoli, Natália Minich, Victória de Oliveira Giroto, Stefan Sommerfeld, Lucas Adriano Dias, Luiz Eduardo Machado, Isadora Brehmer, Bianca Brehmer Bernardi, Deise Antunes dos Santos, Nathan Neumann

Editor de fotografia

Nathan Neumann

Editores

Luan Carlos Tamanini, João Vitor Costa e Hirley Trierweiler

Diagramadores

Julia S. Schaefer, Letícia Lima, Jacqueline Hilbert, Nathália Heidorn, João Vitor Costa, Raquel Tamara Bauer, Vanessa Eskelsen, Hirley Trierweiler, Victória de Oliveira Giroto, Gabriela dos Santos Ribeiro, Luan Carlos Tamanini, Márcia França Leoni, Zaidan Martendal Nicolau

O Brasil aos olhos do mundo: o antes e depois da Olimpíada

Interesse pelo esporte atraiu muitos olhares, mas a imagem do Brasil realmente melhorou?

Ricardo Hoffmann

Durante algumas semanas milhões de brasileiros deixaram de lado as questões políticas, econômicas e sociais para torcerem e conhecerem melhor diversos esportes que ainda aparecem na TV apenas de quatro em quatro anos. E assim também o fizeram milhões de pessoas em volta do mundo. Nunca antes na história tantas pessoas voltaram seus olhos para um país latino e em desenvolvimento. Resta agora saber o que muda daqui pra frente e descobrir se a imagem que o Brasil passa ao mundo tomou novas formas.

Desde a primeira edição dos Jogos Olímpicos da era moderna, a Rio 2016 foi a que recebeu uma maior carga de propaganda negativa. As críticas brotavam de todos os lados: o aumento de casos de Zika Vírus, as ameaças de terrorismo, a violência urbana e a poluição das águas da Baía de Guanabara. Além disso, a instabilidade política, as questões econômicas e as discussões sociais acaloradas fizeram muitos estrangeiros se perguntarem como pode, um país nestas condições, sediar aquilo que é simplesmente o maior evento esportivo do mundo?

Há 100 dias do início dos Jogos o jornal Britânico *The Guardian* publicou um editorial intitulado “100 dias para Rio 2016, será uma grande festa, o legado para a cidade será o lixo”, onde fez críticas a organização do evento: “Do tumulto político à recessão econômica, o Rio foi alvo de uma série de calamidades que ofuscaram as preparações, minaram a confiança e acrescentaram perguntas sobre quem poderia se beneficiar com este megaevento.”

Quem assistiu a cobertura possivelmente imaginou que as ruas estavam caóticas e o país mergulhado no mais absoluto terror. Tal previsão catastrófica fez com que até mesmo alguns

atletas de esportes de elite desistissem de participar dos Jogos, aumentando ainda mais as especulações.

Por outro lado, havia os estereótipos sobre o povo brasileiro, sempre visto no mundo inteiro como o país da boemia, das praias, do carnaval e do futebol. Tudo isso de fato existe, porém não é a única maneira de descrever nosso país. Vale ressaltar que em lugares subdesenvolvidos e em desenvolvimento estes estereótipos podem prejudicar seriamente a imagem do país e de seus cidadãos.

A Olimpíada Rio 2016 pode

ter modificado a imagem do Brasil no exterior, mas existem exceções. É o que defende a jornalista Júlia Paniz, que vive na Irlanda, há pouco mais de dois anos. “Moro em Dublin, na Irlanda, país em que os esportes tradicionais no nosso país não são muito comuns por aqui. Talvez por esta diferença, entre os irlandeses eu não reparei grande diferença entre o conhecimento que tinham sobre o Brasil. Claro que muitos acabaram tendo interesse sobre as cidades onde a Rio 2016 seria realizada, onde ficavam, mas por ser um evento que não afeta diretamente o in-

teresse da maioria dos irlandeses, como é o rugby, futebol gaélico e outros, não percebi efetivamente o aumento de conhecimento da parte deles”, disse.

Mudando ou não a imagem perante o mundo, a Olimpíada Rio 2016 foi o evento que gerou a maior movimentação na internet em toda história, segundo as próprias empresas de tecnologia que administram as principais redes sociais. Apenas no *Instagram* foram mais de 131 milhões de pessoas envolvidas, gerando cerca de 916 milhões de interações, sendo que “apenas” 52 milhões foram feitas por brasileiros.

A cerimônia de abertura, que foi um dos pontos altos do evento, ajudou a imagem do Brasil no exterior. Durante as quatro horas de cerimônia foram gerados quase 13 milhões de *tweets* em todo o mundo. Ao longo das Olimpíadas, alguns atletas, como a americana Siomone Biles, além de conquistar medalhas, conquistaram também quase dois milhões de seguidores a mais. Tais números dão a Rio 2016 a medalha de ouro na categoria de Olimpíadas mais comentadas na internet.

Na imprensa tradicional, boa parte do conteúdo também era direcionada à cobertura das Olimpíadas, seja repercutindo o desempenho dos atletas, seja analisando as questões estruturais e de organização, ou até mesmo aspectos culturais e geográficos da cidade.

Durante duas semanas o *Today* e o *BBC Breakfast*, principais programas matinais de TV dos Estados Unidos e do Reino Unido respectivamente, foram ancorados a partir de estúdios montados nas areias da Praia de Copacabana, ostentando a cidade do Rio de Janeiro como vista de fundo. Em ambos os programas, constantemente eram tecidos elogios à cidade, aos seus moradores e à receptividade dos brasileiros, exaltando até mesmo seus bons hábitos de higiene.

Tal situação se contrapõe ao que era visto há apenas alguns dias, quando a grande maioria do conteúdo que era publicado sobre a Olimpíada de 2016 no Rio de Janeiro dizia respeito aos problemas e estereótipos da cidade carioca.



O blumenauense Moacir Zimmermann representou o Brasil na Rio 2016, terminando na 63ª colocação. Foto: **Nathan Neumann**

Charme carioca perante o mundo

As cerimônias de abertura e encerramento foram um espetáculo a parte, e expuseram ao mundo elementos importantes da cultura e história do Rio de Janeiro e do Brasil. Mas houve quem tenha ficado preocupado com o “excesso” de elementos brasileiros, argumentando que as cerimônias ficaram “confusas” para os estrangeiros.

Para Diego Madruga, repórter do portal *Globoesporte.com*, que trabalhou na cobertura da Olimpíada, a questão é um pouco mais complexa: “Em todas as cerimônias são apresentados elementos culturais do país e da cidade que é sede. Em Londres foi assim, Pequim... A diferença é que em muitos dos casos, nós consumimos conteúdos e conhecemos boa parte das coisas apresentadas em outros países. A relação inversa é bem menor, mas acho que foram boas as duas apresentações”, argumentou.

De uma forma geral, a Olimpíada Rio 2016 teve uma chance como nenhuma outra de melhorar a imagem do Brasil no exterior, mas este é um trabalho que deve ser desenvolvido em longo prazo e deve ser mantido. Não se podia imaginar que um evento esportivo mudaria tudo em apenas duas semanas, mas a Olimpíada Rio 2016 foi apenas o primeiro passo para melhorar a reputação do Brasil em um mundo repleto de preconceitos.

O charme de comprar a céu aberto

Primeiro calçadão de Blumenau, na rua do tradicional Brueckheimer, é mais uma opção de lazer

Márcia França Leoni

Canteiros, bancos, iluminação decorativa, área exclusiva para pedestres e ciclistas. Tudo isso em uma única rua. Trata-se da Capitão Euclides de Castro, conhecida como o Calçadão Brueckheimer no centro de Blumenau. A urbanização foi entregue no dia 23 de junho deste ano a partir da iniciativa de Fernando Pfau, e de outros cinco comerciantes. Além dos 17 estabelecimentos comerciais, há um paraciclo para estacionar as bicicletas. O crescimento desordenado das cidades tem deixado as pessoas cada vez mais excluídas de espaços urbanos. As calçadas em geral são muito apertadas. No contraponto, algumas poucas iniciativas como esta surgem como um alento.

O proprietário de uma sorveteria, André Luiz Ferreira, diz que o espaço urbanizado “é maravilhoso e todos os comerciantes arrumaram seus estabelecimentos, fazendo pintura e melhorando suas vitrines. Tudo para poder receber bem o público”. Porém a sorveteria é o único comércio



Rua Capitão Euclides de Castro recentemente inaugurada, e urbanizada, com iluminação, canteiros e um paraciclo. **Foto: Marcia Leoni**

aberto no domingo, sendo que se o turista ou até mesmo o blumenauense tráfegar pela rua, não terá como fazer um lanche e nem mesmo almoçar. Para Ferreira, esse fator ainda precisa ser melhor estruturado, mas acredita que se os comerciantes buscarem com o poder público atrações e todos aderirem a abertura das

lojas e lanchonetes, mais pessoas circularão pelo calçadão, argumenta André.

Enquanto os comerciantes buscam novas alternativas o gerente de uma papelaria, Augustinho Boening argumenta, “eu não vejo a necessidade de abrir aos domingos, porque temos despesas com luz, funcionários

e o movimento ainda está fraco”, ressalta Boening.

Após várias conversas e reuniões cinco proprietários de imóveis, num total de sete aderiram à proposta. O projeto foi lançado em 1º de novembro de 2011 e o valor investido na obra foi de R\$120 mil por parte de cada empresário. O poder

público ajudou com a mão de obra, cedendo os maquinários. Apesar de cinco anos de demora os donos de lojas estão muito contentes diz Fernando. Segundo ele a rua não tinha estacionamento, era apertada e as pessoas se esbarravam. Hoje até quem não aderiu ao projeto está satisfeito, relata Fernando Pfau.

Locadora de bicicletas na rua XV de Novembro

Outro espaço disponível para quem gosta de caminhar, praticar exercícios físicos e pedalar é a rua XV de novembro. O projeto é do suplente de vereador Sylvio Zimmermann Neto, coordenado pela Fundação Cultural de Blumenau e executado pelo Seterb, Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transporte de Blumenau. A proposta é que o município se obriga a deixar a rua fechada ao trânsito de automóveis, das 8h até às 17h, aos domingos e feriados.

Um dos projetos inseridos na rota de lazer é o “mais bicicletas”, idealizado pelo presidente da Associação Blumenauense Pró Ciclovias (ABC Ciclovias) Giovanni Seibel, que possui uma locadora de bicicletas. “Aos poucos nós vamos conhecendo a dinâmica da rua e como é o seu funcionamento. No início das manhãs as pessoas praticam exercício físico. Lá pelas 10h é

mais as famílias que se reúnem e ficam até o meio-dia. No horário das 15h a rua começa a encher novamente. Por outro lado, eu observo que às 17h, assim que o trânsito é liberado é impressionante como os carros já estão com seus motores roncando para ocupar a rua que estava fechada”, diz Seibel.

Ingo Ridl, guarda de trânsito há 30 anos, argumenta que a rua de lazer é um espaço bom, mas que é muito pouco aproveitado pelas pessoas, “é um desperdício”. O movimento de automóveis aos domingos em que a rua fica fechada não sofre muitas alterações, conta Ridl. O motorista de taxi Lírio Schiochetti reclama bastante do trânsito. “A iniciativa é boa, mas acho que são poucas as pessoas que aproveitam a rota do lazer. Para nós motoristas, a situação se complica, pois, para deixar um passageiro no centro

tenho que atravessar toda a cidade. Deveriam deixar o acesso da rua Paul Hering livre”, argumenta Lírio.

A professora aposentada Rosângela Rocha, quando pode leva sua cachorrinha para passear. “Antes o horário ia até as 13h, hoje já está bem melhor, mas, o ideal seria até mais tarde para aproveitarmos melhor a rua”, conclui a professora.

Segundo Seibel, há muito o que fazer para tornar a rua mais atrativa para as pessoas que frequentam o espaço. “O poder público fecha a rua e pronto. Faltam banheiros químicos e se quisermos atrações, nós que estamos na rua precisamos correr atrás. Não há nenhum incentivo”, desabafa Seibel. Porém, para Zimmerman, ele relata que já conversou com diversos pais que não querem ir para a rua do lazer, tendo que gastar com pirulitos,



Bicicletas chamam atenção na rota do lazer. **Foto: Márcia Leoni**

com refrigerantes e dividir a rua com as atrações culturais. “É um espaço para encontrar os amigos, conversar, andar de bicicleta, enfim relaxar”, disse Zimmerman.

Iniciativas como esta podem ser bem-vindas, uma vez que humanizam os espaços públicos. A falta de estrutura com poucas ruas e alternativas para o trânsito

acabam tornando estes espaços limitados. Os que frequentam a rua acham louvável o projeto, mas por outro lado os que precisam tráfegar aos domingos com seus carros não estão muito satisfeitos. Para os que não vão de carro e usam suas bicicletas, aproveitam melhor a rua do lazer.

Deficientes visuais têm novo olhar

Projeto de inclusão social promove atividades inovadoras com passeios ciclísticos em Blumenau



Projeto Novo Olhar tem o objetivo de integrar pessoas com deficiência visual a uma atividade pouco comum para eles, o passeio ciclístico. **Foto: Nathan Neumann**

Victória Girotto

As manhãs de domingo ficam diferentes para os deficientes visuais e para os voluntários do projeto Novo Olhar. Um programa pensado totalmente para a integração da população foi criado em Blumenau, há cerca de um ano e a maioria das pessoas ainda não conhece. O projeto Novo Olhar surge para realizar uma integração social entre indivíduos que enxergam e os que não têm a visão. A ideia consiste em fazer um passeio de bicicletas adaptadas, onde duas pessoas pedalam pela cidade. Um ciclista voluntário não é só um guia, mas também serve de “olhos” para o deficiente visual.

No trajeto ele vai descrevendo o caminho por onde estão passando, as ruas, prédios, construções, a natureza e tudo ao seu redor.

O objetivo não é somente pedalar pelo esporte ou atividade física, mas, de socializar e se integrar. Anderson Muniz de Souza é associado no Centro Braille e participante, no projeto Novo Olhar. Ele conta que a ideia partiu da empresária Soraia Vasselai em Florianópolis, que viu o programa acontecer e resolveu trazê-lo para Blumenau, em parceria com o Centro Braille e um grupo de empreendedores.

As bicicletas foram projetadas através de uma empresa blumenauense. São todas adaptadas, para o uso de dois passageiros, sendo possível não

só que o voluntário percorra o caminho guiando, mas que os dois possam pedalar. São ao todo seis bicicletas reformadas recentemente. Sobre a verba do projeto, Souza informa que são parcerias de empresários ou até mesmo dos voluntários que contribuem de forma espontânea com qualquer valor.

O grupo de envolvidos é muito entusiasmado com a proposta, porém é complicado dizer em média quantos participantes têm por edição, às vezes aparecem mais voluntários do que deficientes e vice versa. Eliane Luchini, uma das coordenadoras do projeto e presidente da ACBB Sociedade Cultural Amigos do Centro Braille diz que um dos slogans do Novo

Olhar é: “conhecendo Blumenau através do pedal”. Por questões de segurança, é disponibilizado um conjunto de equipamentos de proteção para todos os integrantes. Os passeios duram em média duas horas e ocorrem em percursos diferentes, dependendo do dia, sempre aos domingos pela manhã. O trajeto começa na Fundação Cultural de Blumenau, tendo parada obrigatória no parque Ramiro Ruediger. Muitos dos participantes, fazem um lanche e aplicam insulina, devido ao diabetes que é uma das causas da cegueira.

A divulgação do evento é feita pelo Facebook. As inscrições podem ser concluídas pela página ou através do telefone, diretamente no Centro Brail-

le. No dia do passeio, os guias voluntários, preenchem uma ficha com informações cadastrais básicas, necessárias ao registro.

Para o guia Amauri Marquetti, fica difícil explicar em palavras. “Eu fui convidado a participar e tenho prazer em estar com eles, além de ajudar na inclusão e nos benefícios que a atividade física nos proporciona”, diz Marquetti. Para Patrícia Manetta, que tem glaucoma e hoje é uma das coordenadoras do “novo olhar” a maior dificuldade é ter novos voluntários que possam vir aos domingos. O projeto visa fazer a inclusão dos deficientes visuais com a sociedade, procurando viabilizar a integração com as pessoas e com toda a comunidade.

Escola é única opção de lazer para moradores da Alto Coripós

Crianças e adolescentes utilizam campo em más condições para praticar esportes

Márcia França Leoni

A falta de lazer para crianças, adultos e demais moradores é um fato na Alto Coripós. No local moram aproximadamente 740 famílias que não possuem um único espaço adequado para recreação. Trata-se de uma localidade com geografia íngreme, ruas estreitas, sem calçadas e uma vasta área de árvores. A vegetação toma o lugar que restou de diversas casas, devido aos deslizamentos ocorridos em 2008, quando cerca de 80 famílias tiveram que abandonar seus lares.

O co-fundador da Associação de Moradores do Bairro, Luiz Gonzaga Fagundes, diz que em termos de opções de lazer há uma carência muito grande. As comunidades são esquecidas pelo poder público. “Eles investem em lugares que trazem benefícios, lucros, ou seja, os grandes centros da cidade”, desabafa. A última ação realizada pelo governo no Alto Coripós foi no ano de 2003, quando foi feito o calçamento da Rua Nicolau Reiter. Na época a cidade estava em período eleitoral, e segundo Fagundes, o trabalho não ficou muito bom.

Atualmente, a maioria dos terrenos do bairro se situam em áreas de risco. Esta constatação é uma das justificativas para que existam poucos espaços em condições de abrigar uma futura área de lazer, como uma praça ou até mesmo um parque. Um dos lugares em que as crianças costumavam brincar era o parquinho da igreja, mas hoje ele praticamente não existe mais, em decorrência dos deslizamentos e de um certo abandono por parte da prefeitura. “O que restou foi a gangorra, alguns pneus e um pequeno pergolado com flores”, relata Fagundes. A maioria desses brinquedos estão em más condições de uso.

Uma das preocupações de Fagundes é encontrar soluções que estejam relacionadas com a educação e lazer. “Estamos



No contraturno, alguns alunos nem voltam para casa, ficam brincando até entardecer. Mesmo se a escola estiver fechada, pois eles abriram uma parte da cerca que envolve o campo e que tem acesso à rua. **Foto: Nathan Neumann**

organizando a nova diretoria da associação de moradores para juntos lutarmos pela nossa comunidade. Isso inclui encontrarmos um lugar adequado para agregar uma área de lazer”, argumenta. Para ele, a escola seria um bom ponto, por ter boa infraestrutura, além de ser o único local disponível no momento.

A Escola Básica Municipal Professora Norma D. Huber, localizada na Alto Coripós, participa do projeto Escola Aberta, onde os alunos realizam algumas atividades de lazer aos sábados. O futebol é um dos mais concorridos pelos alunos. “As bolas gastas são uma escolha das próprias crianças, pois escorre-

gam melhor na quadra”, relata a professora de Educação Física, Rosane Salvador, que trabalha há 23 anos na escola. O portão abre às 7h da manhã e fecha às 11h horas.

A moradora da Alto Coripós, Maria Gorete Leicht, é mãe de um aluno de 14 anos da escola. Em sua opinião, as opções

de lazer são inexistentes. “Não temos espaços adequados para os nossos filhos brincarem. O único local é a quadra da escola. Não se tem muito o que fazer”, alega. A falta de um terreno com área verde é um dos principais problemas, explica Maria.

A docente da escola, Jociane Wust Bernardo, conta que ouve relatos das crianças que costumam aproveitar o final de semana para passear no Parque Ramiro Ruediger. Segundo Jociane, “infelizmente em Blumenau temos somente o parque Ramiro que oferece uma estrutura para todas as idades e é gratuito”.

No bairro, o que existe são alguns eventos promovidos tanto pela escola como pelas igrejas da região. De acordo com a professora, nestes eventos, tanto as crianças como os moradores em geral se envolvem bastante. Por outro lado, a grande maioria não se compromete com questões onde tenham que “colocar a mão na massa”. Talvez por essa falta de comprometimento é que tenham poucas opções de lazer, explica Jociane.

A origem do nome Coripós deu-se por uma versão do sobrenome de um morador, “Curipós”. A comunidade é formada pelas ruas Coripós, Aquidabã, Nicolau Reuter, Maestro Francisco Baumgarten, Alvir Kochler e Germano Grosch. Está localizada no Bairro Escola Agrícola.

O vereador reeleito Jovino Cardoso disse que devido à Geologia da Alto Coripós e os deslizamentos ocorridos em 2008, os únicos espaços de lazer seriam a escola e o pátio da igreja católica. Ele pretende, no próximo ano, fazer um projeto que viabilize a compra de aparelhos de ginástica para a construção de uma academia ao ar livre no pátio da igreja. Cardoso também ressalta que busca apresentar o projeto já no início do ano e espera aprovação pela Câmara de Vereadores, para a partir de então ser executado pelo poder executivo.

Alice Kienen Gramkow

Todos nós já ouvimos essa pergunta incontáveis vezes. Quando crianças, temos a possibilidade de responder com o primeiro sonho que vier à nossa cabeça. O problema começa quando entramos na adolescência e precisamos levar essa questão a sério. Afinal, chegou o momento em que você precisa decidir o que quer fazer para o resto de sua vida. E agora?

Para a psicóloga Caroline Busarello Brüning, essa decisão não deveria ser encarada de forma tão concreta. É necessário lembrar que todos falhamos, e não passar no vestibular não é o fim do mundo. E, mais importante, podemos mudar de ideia no futuro. “Não sei quão preparados estamos com 16 ou 17 anos para decidirmos nossas vidas”, afirma.

Em seu consultório, essa costuma ser a maior preocupação entre os jovens de 15 e 18 anos e um dos principais responsáveis é a escola. A pressão começa com o excesso de conteúdo que os alunos precisam estudar, além do incentivo à concorrência e à necessidade de passar. “Muitas vezes a escola foca na excelência, apenas visando ao número de alunos de sua instituição que passaram em faculdades fortes e em cursos concorridos. É um excelente marketing, mas causa muita ansiedade nos estudantes”, explica a profissional.

Enquanto isso, os pais também se preocupam em garantir um futuro seguro e confortável para seus filhos. O ponto negativo, como aponta Caroline, é que muitas vezes eles focam na estabilidade financeira e no *status* social, ignorando as preferências dos filhos.



Caroline Busarello Brüning: exigência dentro da escola vem crescendo nos últimos anos. **Foto: Alice Kienen Gramkow**



A estudante Paula Bauer descobriu sua paixão durante uma peça de teatro.

Foto: Arquivo Pessoal

O que você quer ser quando crescer?

A pressão para decidir que carreira seguir é uma das maiores preocupações que os jovens enfrentam

Tomando a decisão

Para a estudante do terceiro ano Paula Bauer, 17, a decisão aconteceu naturalmente. Foi em uma apresentação de teatro, no ano passado, que sentiu que deveria fazer isso para o resto da vida. “Era aquilo que nunca iria me deixar entediada, é o que eu sinto que nasci para fazer”, conta.

Apesar de já ter pensado em vários cursos (Design de Interiores, Fotografia, Licenciatura, Artes, Cinema e Arquitetura são apenas alguns citados), procurou nunca se preocupar muito com isso.

Ela pretende cursar Artes Cênicas em alguma universidade renomada no Rio de Janeiro, mas mesmo se esse plano não der certo ela irá persistir na área. “Talvez eu volte para cá e tente licenciatura em Teatro, mas não saberia fazer outra coisa, pois quando escolhi meu curso eu simplesmente me senti pronta para encarar tudo que fosse necessário para realizar esse sonho”, explica.

Apesar de estar firme em sua decisão, ela relata que a escola pressiona os alunos a cursarem graduações mais concorridas, especialmente Medicina, com o intuito de melhorar a imagem da instituição. Mas ela insiste que a pressão nunca guiou sua decisão.

E quando é necessário recomeçar?

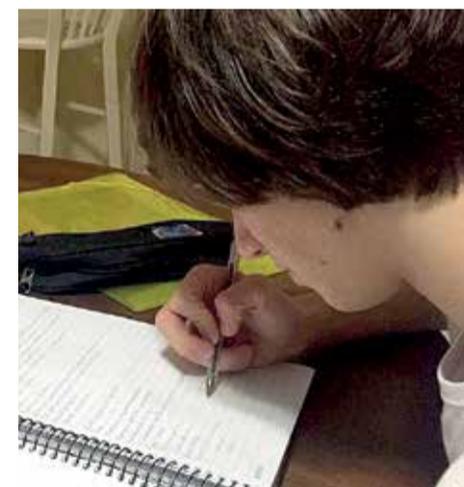
Muitos jovens passam o período de Ensino Médio certos da carreira que pretendem seguir, mas ao chegarem na faculdade se chocam com uma realidade completamente diferente da esperada. Outros se veem indecisos entre diversos cursos diferentes e acabam tomando decisões por impulso ou, até mesmo, seguindo conselhos de outras pessoas. Em algum ponto da graduação muitos jovens percebem que cometeram um erro. Como prosseguir a partir daí?

Atualmente cursando Direito, Cláudia da Rosa Hostin tem 21 anos, e ainda não

tem certeza da carreira que quer seguir. Ela também frequentou um semestre de Publicidade e Propaganda na Furb, mas não se sentiu realizada. “Eu acreditava que a escolha certa iria pular na minha frente e que eu não teria dúvidas, mas ao terminar o ensino médio nada estava muito claro”, relata a estudante.

Ela recebeu apoio da família ao trocar de curso, já que na visão dos pais a área do Direito oferece mais oportunidades, mas agora ela se sente presa ao curso. “Agora eu possuo uma dívida de dez anos com o governo por algo que eu nem tenho certeza”, lamenta ao lembrar que depende do Fies para completar sua graduação. A pressão para tomar essa decisão tão cedo foi um grande peso em sua vida e ela não tem coragem de tentar uma terceira opção.

José Roberto Spengler tem 17 anos e só deve começar a faculdade ano que vem, mas se encontra na mesma situação de indecisão. Já pensou em cursar Artes Cênicas e Publicidade e Propaganda, mas agora decidiu-se em Cinema. Para ele, o que mais o tranquilizou foi saber que a família o apoiaria, independentemente de sua decisão. E ele deixa claro: “pretendo trocar de curso até achar onde me encaixo melhor”.



José Spengler decidiu dedicar-se aos estudos no ensino médio.

Foto: Maria Júlia Spengler

Apesar de considerar a pressão muito grande, Caroline ainda acredita que não exista um método melhor de seleção do que o atual. Afinal, um bom posicionamento no mercado de trabalho exige preparação, cursos e títulos e quanto mais concorrentes, mais critérios são os necessários para preencher a vaga. Para a psicóloga, o interessante seria encontrar o equilíbrio entre estabilidade financeira e fazer o que se gosta. Mas ela lembra que, apesar de o vestibular e o Enem serem importantes, são apenas provas. E provas sempre podem ser refeitas. “Minha professora favorita dizia que não existe dar errado, existe parar de tentar”, ressalta.

Nova lei eleitoral: o maior legado das eleições de 2016

Especialistas mostram diferentes pontos de vista sobre a primeira eleição realizada após o fim do financiamento empresarial de campanha

Lucas Adriano Dias

Desde a redemocratização do Brasil, concluída em 1985, é possível assegurar que nenhum pleito eleitoral teve tantas particularidades quanto o realizado em 2016. Após uma série de denúncias, investigações e prisões de importantes figuras políticas brasileiras, a eleição municipal deste ano, em contrapartida, foi pautada pela discricção, simplicidade das campanhas e, porque não dizer, pelo silêncio. Tais mudanças aconteceram devido à promulgação da Lei nº 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou regras relacionadas ao processo eleitoral como um todo. Além de mudanças no financiamento das campanhas, procedimentos que regulamentam o comportamento das mídias sociais, da Internet e de demais meios de comunicação também foram incluídos na nova Lei.

A discussão sobre uma reforma eleitoral ganhou maior notoriedade no início de 2015, após a intensificação de denúncias e investigações de casos de corrupção envolvendo setores da classe política brasileira. A discussão do projeto de Lei foi um tanto tumultuada no Congresso Nacional, vários modelos distintos de regime político e de representatividade eleitoral entraram na pauta, como o parlamentarismo e o voto distrital, mas suas discussões não foram adiante. Ainda assim, a Lei em vigor manteve uma série de tópicos questionados há tempos, como as coligações proporcionais e o quociente eleitoral.

Conforme análise do sociólogo e professor universitário Marcos Mattedi, estas ferramentas beneficiam chapas majoritárias, geralmente governistas, em detrimento de coligações e partidos com menor representatividade. O doutor em Ciências Sociais da Unicamp é enfático ao apontar a origem da reforma eleitoral:

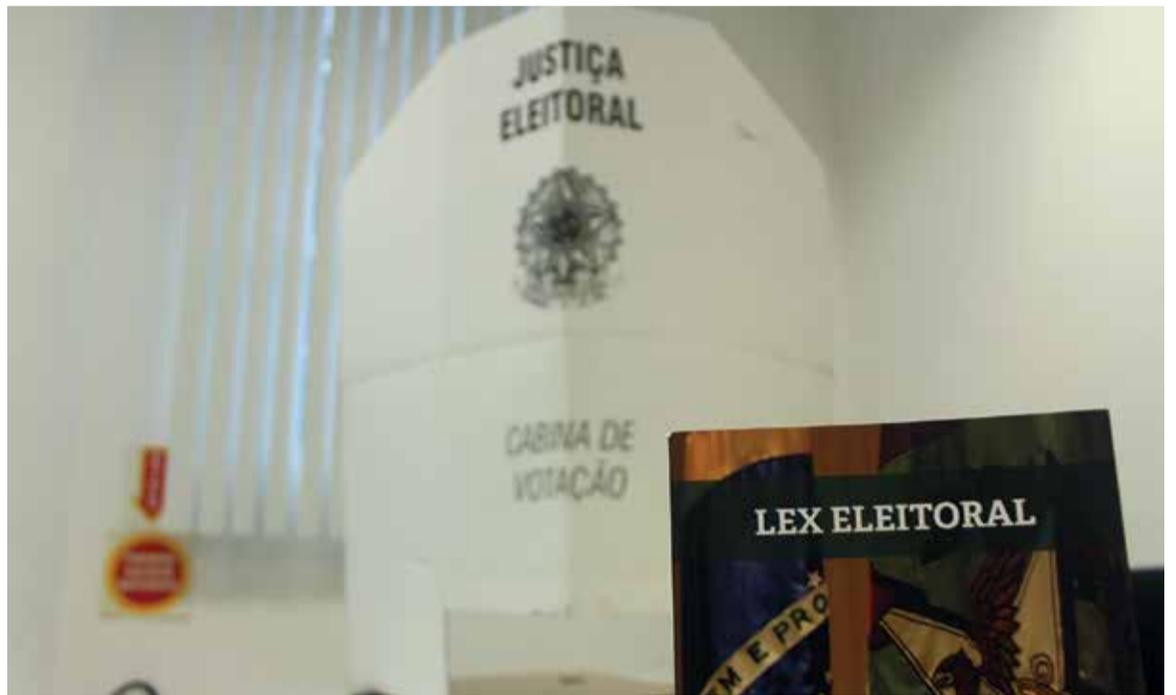
“A aprovação dela só foi viável devido a uma série de manobras do ex-deputado federal Eduardo Cunha, visando manter a sua hegemonia política e a influência dos grandes grupos econômicos que controlam o poder”.

Com a nova Lei, o financiamento empresarial de campanhas eleitorais, tradicional em eleições brasileiras e previsto pela Lei nº 9.504/97, passou a ser vetado. O ex-candidato a prefeito de Blumenau Ivan Naatz avaliou de forma positiva a nova regra: “Foi uma boa mudança. Conseguimos realizar uma campanha equilibrada, o STF garantiu que a doação feita por empresas era inconstitucional e acredito não ter mais volta, deverá permanecer assim”, comenta.

O ex-candidato, também advogado e vereador, citou o exemplo de como foi feita sua última campanha para prefeito. “Fui o doador integral de minha candidatura, custeei com recursos próprios a minha estrutura de campanha e a dos nossos candidatos a vereador”, explica. Naatz acrescenta que, mesmo com a mudança na lei, ainda é possível burlar a proibição: “Tivemos candidatos aqui em Blumenau, por exemplo, que utilizaram doações de jantares de apoio através de empresas”. O parlamentar vai além, e diz que “mesmo com essas mudanças, o dinheiro ainda é o que continua mandando”.

Doações pessoais em campanha

Algo que ganhou certa notoriedade na última eleição, e que está previsto na nova Lei eleitoral, é a possibilidade de uma pessoa física doar espontaneamente certa quantia a qualquer candidato. Este valor deve ser identificado na prestação de contas da campanha junto à Justiça Eleitoral, constando o CPF de quem realizou a doação, que não deve ter valor maior que 10% dos rendimentos brutos do doador em ano anterior



Discussão sobre a necessidade de reforma eleitoral ganhou espaço após os escândalos de financiamento de campanha, divulgados em 2015. Foto: Nathan Neumann

ao do pleito correspondente - exceto apenas se o doador for o próprio candidato. Cabe à pessoa interessada optar por destinar ou não parte dos recursos ao partido do candidato.

A jornalista Larissa Guerra, editora de política do Jornal de Santa Catarina, aprova o modelo de doação de campanha via pessoa física. “Acredito que este tipo de doação dê mais transparência ao processo, além de ser uma forma de obrigar os comitês de campanha e seus marqueteiros a pensar e desenvolver campanhas com menos custos”, avalia Larissa. Sobre o modelo de financiamento empresarial de campanha, a jornalista faz a seguinte colocação: “Quem financia, um dia cobra a fatura, não é mesmo? A pressão da opinião pública por uma reforma política vem desde o surgimento de escândalos como o do mensalão, e a partir dali, surgiram correntes que reivindicavam a proibição do financiamento empresarial de campanha. Porém, mesmo com esta regra em vigor, ainda tenho minhas dúvidas se esta mudança vai, de fato, inibir a corrupção”.

Qual o futuro da ficha-limpa?

Dentro do contexto de reforma eleitoral, em 2010, uma campanha promoveu alterações significativas no processo jurídico de inelegibilidade de candidatos envolvidos em esquemas de corrupção, culminando com a criação da Lei da Ficha Limpa. A Lei foi alterada em 2016 pelo Supremo Tribunal Federal, após problemas de tramitação de processos envolvendo candidatos a prefeito que tiveram suas contas rejeitadas e submetidas à apreciação da Suprema Corte. Segundo Larissa, “é perigoso que o texto [da Lei] esteja sendo revisto em um momento tão delicado da democracia brasileira. Acredito que a Lei da Ficha Limpa seja um dos maiores avanços da legislação eleitoral nos últimos anos”, conclui.

Crimes eleitorais

O eleitor pode realizar qualquer tipo de denúncia de crime eleitoral pela internet, através do site do TRE, por aplicativos próprios de celular, como o “Pardal”, por telefone, mediante contato com a polícia militar, ou ainda pessoalmente, junto ao

Cartório da Justiça Eleitoral. Ao denunciar, é importante apresentar meios de provas, como fotos, vídeos amadores ou documentos, preservando-as tanto quanto possível.

A juíza eleitoral Quitéria Tamanini Vieira Péres avalia: “A meu ver, o cidadão tem demonstrado, gradativamente, uma conscientização cada vez maior em relação aos seus direitos e deveres eleitorais. Acredito que esta postura decorre do conjunto de circunstâncias vivenciadas pelo cenário social e político do Brasil, delineadora de uma crise que, de tão profunda, chega a ser, além de política, social e econômica, também é ética”. A juíza também argumenta que são em momentos de transformação no meio político que se manifestam os problemas e que se encaminham suas soluções: “Não podemos deixar de considerar que um contexto de crise, quando bem repensado e assimilado, pode proporcionar mudanças positivas em prol dos ajustes necessários. Assim, espera-se uma reflexão mais ampla sobre a consolidação da democracia e a lisura da gestão pública em favor dos interesses coletivos”, conclui.

Conforto, segurança e ética: pontos para melhor curtir uma balada



Menores de idade têm fácil acesso a bebidas alcoólicas em casas noturnas. **Foto: Nathan Neumann**

Stefan Sommerfeld

Desde fazer “uma social” na casa dos amigos às agitadas baladas, as festas de finais de semana agitam a cidade. Com elas grandes responsabilidades entram em cena, tanto por parte das casas noturnas quanto de seus frequentadores. A superlotação é um dos temas mais polêmicos desde o fatídico incêndio da boate Kiss, em 2013, quando 242 pessoas faleceram. A lotação máxima da casa em questão era de 690 pessoas, mas mais de mil estavam presentes na noite da tragédia. Desde então, o controle de lotações se tornou muito mais rigoroso no país.

Em diversos depoimentos de jovens entre 15 e 18 anos – que preferiram não se identificar para preservarem a sua segurança –, é possível analisar falhas na supervisão e controle de pessoas nas casas de Blumenau. Problemas como estrutura e presença de menores de idade também geraram reclamações.

Segundo R. V., 18, muitos

locais apresentam irregularidades em dias de festas e em alguns eventos é praticamente impossível se locomover, principalmente nas festas dos “terceirões”, sempre repletas de menores de idade – que tinham fácil acesso às bebidas alcoólicas. R. V. acrescenta que tais acontecimentos são cada vez menos comuns, fator que consiera positivo. Mas assegura que ainda ocorrem em eventos específicos e muito procurados.

De acordo com o tenente Rodrigo Gonçalves Basílio, do Corpo de Bombeiros de Blumenau, vistorias são realizadas mensalmente, quando são conferidos controle de público, saídas de emergência, entre outros. Com isso as casas noturnas têm tido bastante cautela, embora a obstrução das saídas de emergência continue sendo um problema rotineiro, seja com instrumentos de bandas ou até mesmo travas nas portas. Segundo Basílio, eventos criados nas redes sociais e que possuem grande número de interessados devem gerar desconfiança, uma vez que as casas não possuem capacidade necessária para suportar

tantos clientes. “Nesses casos é possível fazer uma denúncia e na hora os bombeiros vão até o local conferir”, complementa o tenente.

A ética também deve entrar em cena. Menores afirmam comparecerem a festas destinadas a maiores de 18 anos. M. L. R, hoje maior de idade, comenta que usava a identidade de colegas para entrar nas festas, uma vez que os seguranças nem examinavam as fotos e aprovavam a entrada rapidamente. Aos 15 anos, T. G. já participou de muitas festas sem sequer mostrar algum documento, fazendo o que bem entende-se. Quando não consegue comprar bebidas, os amigos fazem em seu lugar.

O descaso com o cumprimento da lei é visível, sendo um problema rotineiro nas mais agitadas casas. A responsabilidade nem sempre é só dos estabelecimentos, mas também de quem frequenta, testemunha as falhas e age como se não estivesse acontecendo, ou até auxilia no descumprimento da lei por diversão. Casas de festas devem ser locais de diversão, o que é possível com respeito às leis e responsabilidade.

Internet, a rede de compartilhamento de ódio

Isadora Brehmer

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2015, 42% dos brasileiros afirmam que o meio de comunicação que eles mais usam é a Internet. Destes, 67% dizem que usam a rede para diversão ou entretenimento. Por outro lado, muitos desconhecem o limite da sua liberdade de expressão e acabam cometendo abusos, acreditando que qualquer coisa pode ser publicada.

“Não é algo novo, o que temos agora é uma digitalização do comportamento”, diz Moisés Béio Cardoso, pós-graduado em Novas Mídias, Rádio e TV pela Furb. Isso quer dizer que crimes de ódio sempre aconteceram na Internet; a diferença é que a tecnologia facilita o acesso e a divulgação do conteúdo.

Em 2012 um crime virtual envolvendo a atriz Carolina Dieckmann chocou o país. Até

então não havia uma legislação específica que monitorasse e regulamentasse tais casos, mas em abril de 2013 entrou em vigor uma lei que viria regulamentar as postagens online. Em 2014, foi aprovado e sancionado o Marco Civil da Internet, que determinou as diretrizes da Internet no país, deixando claros os direitos e deveres de usuários e provedores.

Entretanto, a legislação não barrou a atuação de criminosos na rede. O senso comum ainda é de que Internet é “uma terra sem lei”. O racismo contra a jornalista Maria Julia Coutinho e a atriz Taís Araújo, além do vazamento de um vídeo com o estupro coletivo de uma adolescente carioca em maio de 2016, voltaram a gerar polêmicas nas redes sociais.

Especialistas ainda afirmam que o número de casos pode ser maior, já que muitas pessoas não denunciam, uma vez que não estão bem informadas sobre seus

direitos. O mesmo vale para os “criminosos”. Muitos praticam o crime e não o sabem, como no repasse de fotos por WhatsApp.

Na maior parte dos casos de divulgação de fotos, o principal problema é a ingenuidade do usuário e até mesmo da pessoa que repassa. “As pessoas deveriam pensar que não podem fazer na internet o que não fariam na vida real. A dinâmica do mundo virtual é a mesma do mundo real”, afirma Cardoso. É claro que isso não significa que o crime seja culpa da vítima, mas ele, muitas vezes, pode ser evitado apenas com um minuto a mais de reflexão.

Ainda há uma deficiência na investigação de crimes que acontecem na Internet e duas causas podem ser apontadas para essa dificuldade: baixo efetivo policial e falta de delegacias especializadas neste

tipo de crime. No Brasil, 48% dos estados não possuem uma delegacia específica, incluindo Santa Catarina.

“Não temos como dar prioridade em investigar crime cibernético em detrimento de uma investigação de homicídio”, argumentou o delegado responsável pela Delegacia de Investigação Criminal em Blumenau, Bruno Effori. Ainda segundo Effori,

as delegacias possuem o conhecimento necessário para realizar as investigações, no entanto esbarram na falta de efetivo e na dificuldade de conseguir que as operadoras e servidores atendam às solicitações da polícia.



Foto: Nathan Neumann

Cresce o número de alimentos para pessoas com restrição alimentar

Especialistas acreditam que aumento de produtos específicos vem da mudança de hábitos alimentares

Vanessa Eskelsen

Quem possui o hábito de fazer compras no supermercado, já deve ter reparado: nunca se viu tantos produtos com indicação de alguma restrição alimentar no rótulo como atualmente. Há, até mesmo, locais específicos para estes alimentos dentro do estabelecimento. Mas o que causa este cenário na atualidade? Será que a população em geral vem adquirindo mais intolerâncias alimentares do que antigamente? Como vivem as pessoas que possuem restrição alimentar?

Segundo a nutricionista Maykia de Souza, a doença se caracteriza pela deficiência ou mesmo ausência de alguma enzima digestiva, e o tratamento costuma ser feito através da exclusão do alimento ou aditivo alimentar da dieta do indivíduo.

Sobre o crescimento de alimentos especiais no mercado, a nutricionista aposta que o motivo pode estar na própria dieta das pessoas, que é diferente de algumas décadas atrás. “Hoje, a alimentação da população em geral é muito industrializada, o que pode ser uma das causas do aumento dessas reações adversas”, explica. Mas as causas de intolerância também podem ser genéticas, ou adquiridas por motivos diversos, como após passar por uma cirurgia, por exemplo.

No caso da contadora Grazielle França, a descoberta de que possui intolerância à lactose aconteceu após uma viagem feita em um feriado de Páscoa. “Comi muito chocolate, e além das dores de cabeça, tive fortes cólicas abdominais. Fui ao médico e fiz o exame, que confirmou a intolerância”, conta Grazielle.

Maykia explica que os sintomas surgem algum tempo depois da ingestão do alimento o qual o indivíduo possui dificuldade em digerir corretamente. Segundo a nutricionista, cada intolerância possui sintomas diferentes, assim como cada pes-

soa pode reagir de uma forma, mas os sintomas mais comuns são diarreia ou prisão de ventre, gases, enjoo, vômito, dor e inchaço abdominal e cólicas intestinais. “Com o passar do tempo, as intolerâncias podem gerar outros sintomas, como dores de cabeça, enxaqueca, dificuldade em emagrecer, depressão, acne, entre outros”, diz.

Já Isadora Erbs descobriu sua intolerância também à lactose logo aos 15 anos. “Às vezes eu ficava com mal estar ao ingerir algum alimento que continha leite. Mas, num certo dia, comi um lanche com Catupiry e passei mal, tive diarreia e muita dor de cabeça”, conta. “Depois desse episódio fui ao médico, fiz um exame de sangue e confirmou a intolerância”.

No caso da Grazielle o grau de intolerância é elevado, o que caracteriza falha total na produção da enzima. Mas no caso de Isadora, há apenas uma falha parcial na produção da lactase, o que permite a ela consumir mais alimentos com leite sem tantos problemas e que apenas passou a evitar ingerir alimentos que contém lactose.

Quanto à procura de alimentos preparados sem lactose, Isadora afirma que não é difícil encontrá-los no supermercado, e que inclusive é comum encontrar uma área apenas destes produtos. “No entanto, nem sempre o preço é acessível”, lamenta.

A engenheira de alimentos Caroline Krebs explica que, “vários fatores agregam valor aos produtos diferenciados destinados especialmente a pessoas com restrições alimentares, mas isto não significa que sejam efetivamente mais caros”. Ela exemplifica que, “ao comparar 1 kg de biscoito com 1 kg de frutas, por exemplo, verificamos que o produto com derivados do leite e com glúten é mais caro. A questão cultural e a falta de tempo muitas vezes dificultam que as pessoas façam escolhas mais saudáveis”, observou.

Para a engenheira, os consu-

midores destes produtos ainda são minoria, e a baixa demanda pode encarecer o produto “por muitas vezes não possibilitar que outros produtos sejam desenvolvidos na mesma linha de produção e equipamentos, em virtude da contaminação cruzada”, explica. A questão seria, portanto, que “muitos produtos contém ingredientes que naturalmente não contém glúten,

mas como são preparados em ambientes onde produtos com glúten são manipulados, os mesmos apresentam no rótulo a presença daqueles”, disse Caroline.

Para Ruan Reinert, de 17 anos, que descobriu possuir intolerância ao glúten aos nove, é mais difícil encontrar produtos adequados à sua dieta: “Infelizmente são poucos os produtos que eu encontro. Na padaria dos

supermercados é quase impossível encontrar alguma comida sem glúten”, relata. Quando descobriu a doença, seus pais costumavam preparar muitos dos alimentos em casa, pois naquela época era ainda mais difícil de encontrá-los. “Mas ainda assim levo uma vida normal, procuro locais especializados e continuo preparando alguns deles em casa”, conta.



Mercados possuem áreas específicas para alimentos especiais. Foto: Nathan Neumann

A indústria de alimentos especiais

A engenheira considera que a indústria está se adequando às exigências dos consumidores, “e está ciente que o desejo ou necessidade por produtos mais saudáveis é um nicho que certamente se expandirá com excelentes perspectivas econômicas”, opina. Quanto ao valor de mercado, “a tendência é que, com a concorrência dos fabricantes de alimentos ‘diferenciados’ e com maior opção no mercado, os preços caiam o que já se percebe nos preços de massas elaboradas com

farinha de arroz, cujos preços se igualam aos das massas tradicionais”, observa. Luana Ferreira Jacinto, gerente de Marketing de supermercado, afirma que as vendas destes produtos vêm aumentando e que houve adaptações na reorganização dos produtos nas gôndolas para facilitar a busca. Ao ser questionada sobre dificuldades do supermercado em conseguir estes produtos, Luana diz que não há nenhuma dificuldade para encontrar produtos sem glúten

e, além disso, há variedade. Quanto aos produtos sem lactose também não há dificuldades para obtenção, “mas a variedade de produtos existentes não é tão grande quanto os sem glúten”, explica. Mas atenção: quem não possui nenhuma restrição e mesmo assim consome alimentos sem glúten ou lactose pode se prevenir de alguma forma, segundo Maykia. “Mas assim que essa pessoa voltar a ingerir os alimentos excluídos pode vir a ter alguma intolerância”, alerta a nutricionista.

Um novo órgão, uma nova vida

Em 2016 o hospital Santa Isabel atingiu a marca de mil transplantes de fígado e rim

Manoela Espig e
Raphael Carrasco

Olga Lúcia Viegas Marcondes, transplantada hepática há quase dez anos, reside em Blumenau e coordena o grupo Hércules. Este grupo foi criado em 2008 por pessoas que necessitavam de um transplante de fígado, e tinham dificuldades no acesso aos remédios, que não eram oferecidos pelo Sistema Único de Saúde, o SUS. Hoje, com 64 anos, Olga é artesã em seu tempo livre e também ativista social em defesa dos transplantados de todo o país.

Desde que foi diagnosticada com cirrose biliar primária, doença que degenera o fígado, passou por médicos, clínicas e tratamentos, mas nada mudava a situação em que se encontrava. Em 2008, após o implante de uma prótese que evita novas hemorragias, em São Paulo, Olga foi encaminhada a Blumenau, cidade referência nacional em transplantes hepáticos.

Santa Catarina vem se destacando nesse campo, tanto que o Registro Brasileiro de Transplantes (RBT) classificou o estado com o maior índice de doadores de múltiplos órgãos, com a pesquisa mais recente sendo concluída no primeiro semestre de 2016. Com relação ao primeiro trimestre desse ano, foi observada uma recuperação na taxa de doadores efetivos que passou de 13,1 pmp (por milhão de população) para 14,0 pmp, mas ainda distante do previsto para o ano (16 pmp).

Olga logo estava na lista do SC Transplantes, órgão estadual que gerencia e coordena todas as ações de atividades de transplantes do Estado de Santa Catarina, criada em 1999 e que também atua no gerenciamento das listas únicas de receptores de órgãos e tecidos.

Acompanhada de seu marido, alugou um apartamento em Blumenau, cumprindo a exigência do sistema de morar no estado. O casal criou uma nova rotina e aos poucos foi se adaptando à cidade. Depois, foram realizados vários exames e entrevistas com a equipe da Co-



Até setembro desse ano, Blumenau realizou 85 transplantes de fígado e 90 de rim. **Foto: Leticia Venera**

missão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes, a CIHDOTT, que faz a identificação do potencial doador e também o acolhimento aos familiares que acabaram de perder alguém próximo. Então, em março de 2009, Olga recebe o telefonema tão esperado: havia uma doação de fígado compatível ao seu grupo sanguíneo.

Os primeiros a receberem a notícia foram os filhos, que já planejavam a vinda para acompanhar a mãe nesse momento tão importante. Giselia Theiss, que trabalha há oito anos no Hospital Santa Isabel como coordenadora de enfermagem da CIHDOTT, é a responsável por contatar os pacientes que estão à espera do transplante e diz que as reações no momento da ligação são as mais variadas possíveis.

“Quando nossa equipe entra em contato com um paciente, é necessário um preparo psicológico pelo fato de lidar com a morte do paciente e comunicando a sua família”, conta Giselia.

Marcelo Nogara é médico explica como funciona o tratamento do paciente antes, durante e depois. “É feito um acompanhamento que chamamos de pré, pós e trans, para que o paciente tenha uma vida saudável com aquele órgão novo que recebeu, por isso é realizada uma série de exames”, diz o médico especialista em hepatologia.

Captação, a corrida pela vida

“Trabalho com isso há 14 anos e o motivo pra eu fazer isso é apenas por poder ajudar a salvar vidas em um país tão corrupto”, diz Carlos Alves, motorista que faz o transporte para captação dos órgãos para transplantes. A jornada começa quando um órgão está disponível para ser transplantado. Por trás da rotina, uma boa logística na hora da captação desses órgãos auxilia a salvar mais vidas em menos tempo. Em regiões próximas a Blumenau, a busca pelo órgão é feita com um carro do próprio CIHDOTT. Se um rim estiver pronto para ser captado em Balneário Camboriú, Carlos e mais um médico saem do Hospital Santa Isabel e vão até o litoral para efetuar a busca.

Caso haja um fígado apto para ser transplantado em Chapecó, a busca é feita por avião. Dependendo da disponibilidade das aeronaves oficiais do estado, são usadas a da polícia militar e a do corpo de bombeiros. Sem esses aviões oficiais, é contratado um serviço de táxi-aéreo. Nesse procedimento, dois médicos embarcam para auxiliar na retirada do órgão. A captação também pode ser feita via ônibus: um médico embarca em

um veículo fretado em direção a Florianópolis onde fica a maior central de transplantes, em busca de uma nova doação. Ele leva consigo um isopor com um termômetro para acompanhar a temperatura que precisa estar em 6°C para que não afete o órgão. Além disso, os órgãos também são captados no próprio hospital.

Enquanto isso, a equipe do Santa Isabel está nos preparativos para um início rápido da cirurgia. Cada órgão tem um tempo diferente de “vida útil”. O fígado, por exemplo, tem duração de 12 horas. Portanto, cada segundo é fundamental para uma cirurgia bem sucedida. Caso o fígado não esteja em boas condições para realizar o procedimento, o paciente é liberado e aguardará um novo chamado, voltando para a fila.

Carolina Elise Moreira Alberton, psicóloga da equipe de transplantes do Hospital Santa Isabel, realiza a avaliação psicológica pré-transplante hepático e cardíaco e acompanha pacientes com demanda para atendimento no pós-transplante imediato cardíaco, renal e hepático. “Atendo tanto o paciente quanto a família, depende de cada caso”, afirma a psicóloga.

No primeiro ano de cirurgia são feitos exames mensais. Após um ano completo, a visita passa a ser bimestral. Nesses exames, o médico avalia a situação do órgão, observa se o órgão não está rejeitando a medicação e se ela está fazendo efeito, entre outros procedimentos.

“Toda pessoa que já passou por um transplante faz um balanço da vida antes e depois, pois ele é um marcador de vida. O transplante é a chance de fazer diferente e a maioria das pessoas passa a valorizar cada minuto conseguido, agora com qualidade de vida”, afirma Olga Marcondes.

Ela ressalta que todos os procedimentos desde a internação até os medicamentos pós-transplante foram e são realizados através do SUS. Como todo hospital o paciente possui um protocolo a seguir, retorna ao Santa Isabel a cada dois meses para um controle e avaliação geral de como está se comportando o novo órgão em seu organismo.

Após 14 anos, realizando as cirurgias, o Hospital Santa Isabel alcançou a marca de 1000 transplantes de fígado em junho de 2016.

Nathália Minich

Há cerca de um ano, o casal Sabini e Michael Roncaglio voltava para casa quando percebeu algo fora do comum: o carro não estava na garagem. De início cogitaram que um dos familiares tinha saído com o carro emprestado sem avisar, já que possuíam cópias da chave. Na verdade foram vítimas de um furto. Os ladrões levaram o que foi possível, entre eletrônicos e o veículo. A sensação de insegurança foi imensa, por isso o casal investiu em sistemas de alarme, reforço de trancas em janelas e portas e comprou um cão de guarda.

A história da família Roncaglio engrossa as estatísticas da insegurança em Santa Catarina. A Furb (Universidade Regional de Blumenau), por meio de uma sugestão do Diário Catarinense, transformou a sensação de insegurança em números. Através de mais uma edição do Projeto Focus, que existe desde 2003, fruto de uma parceria entre a Furb e o Grupo RBS, foram ouvidos 1.097 catarinenses distribuídos nas 20 maiores cidades do Estado.

O projeto foi desenvolvido de agosto a novembro. A etapa de campo foi realizada no mês de outubro, por meio de um questionário aplicado pelos acadêmicos dos cursos de Jornalismo e de Publicidade e Propaganda. Foram abordados temas como o grau de insegurança em casa ou nas ruas, a confiança nas Polícias e Corpo de Bombeiros, experiências enquanto vítima de violência e até a sensação de fragilidade de cada um diante de crimes pela internet e bullying.

Em linhas gerais, o medo é companheiro de quem vive no estado. As descobertas apontadas pelo Projeto Focus, que possui margem de 3% de erro, apontaram dezenas de hábitos que a grande maioria (62,4%) dos entrevistados mudou, pelo medo da violência, como andar à noite pelas ruas (51,5%) ou ainda o reforço em sistemas de segurança em casa (43,4%). Os que temem assaltos ou roubos somam 72%. Já a confiança na Polícia é relativamente alta: mais da metade confia ou confia muito.

Santa Catarina tem medo do quê?

Pesquisa da Furb coloca em gráficos a segurança dos catarinenses e pauta as discussões no Estado

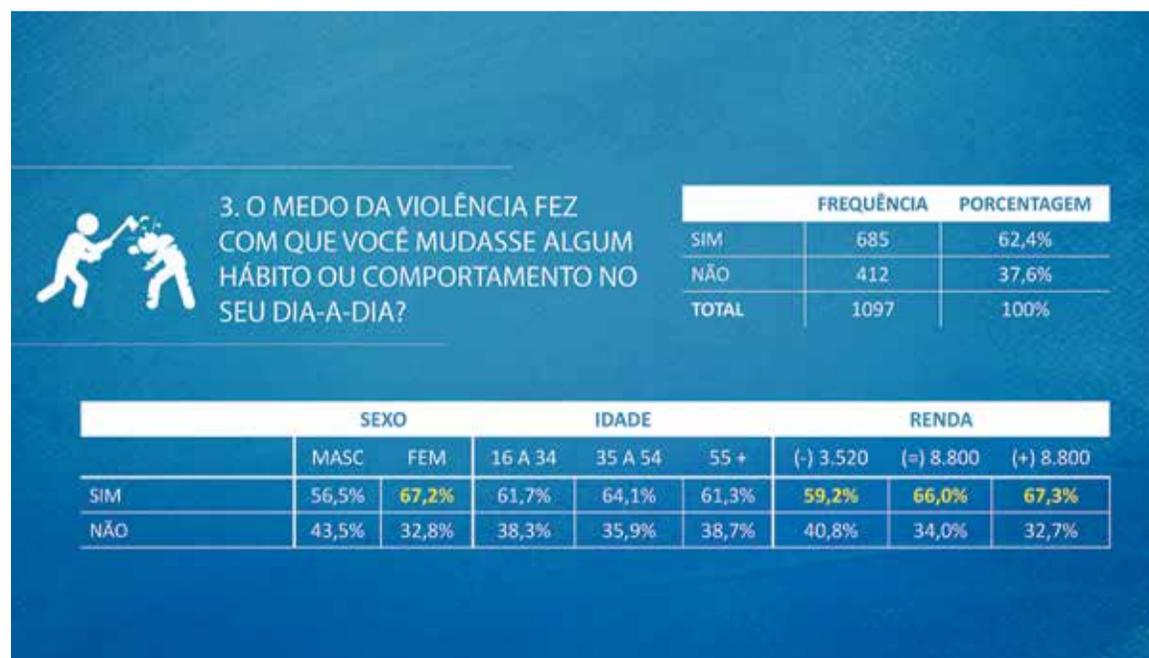
Outros números que revelam com mais precisão a sensação de insegurança dos entrevistados diz respeito a como eles se sentem seguros em casa, no bairro ou nas cidades em que residem. O maior índice de insegurança é registrado em relação à cidade, o que pode ser relacionado aos perigos que os grandes centros urbanos representam. Os respondentes mostraram-se muito inseguros (12,9%) e inseguros (44,2%) com relação a esse questionamento.

De acordo com uma das responsáveis pelo projeto, a professora Dra. Fabrícia Durieux Zucco, “o objetivo geral do Projeto Focus é coletar, processar, sistematizar e socializar informações relacionadas às inter-relações políticas, sociais, econômicas, culturais ou religiosas dos atores sociais, corporativos e institucionais que constituem a fração espacial na qual a FURB encontra-se historicamente inserida”.

“Conferir a percepção da população catarinense sobre segurança pública nos interessava particularmente e convergia com as propostas de atividades de extensão previstas para o Projeto Focus”, relata a professora Dra. Cynthia de Quadros, responsável pelo projeto.

Cynthia comenta que desde o início, em 2003, o Grupo RBS levou as informações do projeto para além dos muros da Furb. “Fico feliz em destacar que nesta edição de 2016, tivemos duas importantes inovações: a abrangência estadual, incorporando à amostra as 20 maiores cidades catarinenses, e o reforço do trabalho dos acadêmicos e professores do curso de Jornalismo da Furb, que participaram pela primeira vez do projeto. Até então apenas alunos de Publicidade e Propaganda atuavam no Focus”, explica Cynthia. Já para a professora Fabrícia, “o Focus Segurança SC foi um marco na história das atividades extensionistas dos cursos de Comunicação da Furb”.

Toda a pesquisa foi compartilhada em reportagens publicadas com ampla cobertura pelos veículos do grupo RBS Santa Catarina, através da campanha Segurança SC – Essa Causa É Nossa. Você pode conferir tais resultados nas páginas seguintes.



Mais de 70% dos entrevistados são contra a legalização da maconha

Anna Clara Uliano
Luiz Guilherme Antonello
e Renato Luiz Becker de Britto

A pesquisa do Projeto Focus revelou que 70,2% dos catarinenses entrevistados são contra a legalização da maconha. Um destaque pode ser dado nas questões de idade, sexo e renda: 82,6% dos que tem mais de 55 anos, 74,2% das mulheres e 72,8% dos com renda de até R\$ 3.520,00 são contra a legalização.

A psicóloga Erica da Silva conta que é contra a legalização e ressalta que a maconha é uma das piores drogas para as pessoas que possuem predisposição genética para doenças psíquicas. “A droga atinge diretamente o sistema nervoso central, e a esquizofrenia tem mais chance de ser desenvolvida”, explica.

Dos 21,9% favoráveis, a maioria é de jovens entre 16 e 34 anos: 36,9% destes são a favor da legalização da maconha, em contraste com os 10,2%



Discurso ainda demonstra conservadorismo **Foto: Nathan Neumann**

dos entrevistados com mais de 55 anos favoráveis. Também é possível perceber que os homens (27,2%) são mais favoráveis que as mulheres (17,6%).

O estudante de Psicologia da Universidade da Região de Joinville (Univille), Felipe Krutzsch, é a favor da legalização. Para ele, uma quantidade para o porte/uso estabelecida e a descriminalização são caminhos para legalização.

“São necessários mais debates com participação da população explicando melhor o contexto político e social, pois muitas pessoas formam sua opinião com base no senso comum”, explica.

O doutorando em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Vinícius Ramos Lanças, aborda em sua tese a Marcha da Maconha no Brasil. Ele alega que

“as realidades do Uruguai e de alguns estados norte americanos provam que a violência diminui, as receitas do governo aumentam com o comércio.”

Marcos, que é usuário de maconha há um ano, não vê a legalização como necessária para o uso social, e acredita que a não utilização medicinal é um atraso. “As pessoas que desconhecem a maconha não iriam querer usá-la, mas como é proibida elas usam, tem gente que gosta do proibido”, complementa.

Uso medicinal

Em 2013, Anny Fischer, brasileira de 5 anos, protagonizou um dos casos mais conhecidos no Brasil no que diz respeito ao uso medicinal da maconha. Ela precisava do cannabidiol, uma das substâncias encontradas na maconha, para controlar crises convulsivas decorrentes de uma patologia cerebral. Seus pais decidiram importar ilegalmente a droga, e no mesmo ano, a

Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) permitiu a importação de medicamentos à base do cannabidiol. Hoje, com o componente, Anny reduziu a zero os números de convulsões, que chegavam a 80 por semana.

A doutora em Química Michele Alberton, favorável ao uso medicinal da maconha, diz que não há conclusão sobre a eficácia do cannabidiol no tratamento das epilepsias. “Há alguns relatos de estudos com poucos pacientes com resultados satisfatórios, são necessários estudos com maior número de pacientes para uma adequada avaliação da sua eficácia terapêutica”, explica.

A estudante de Direito da Universidade Regional de Blumenau (Furb), Letícia Ratke, 19, aprova a legalização da substância. “A maconha tem propriedades medicinais muito boas e facilitaria o acesso às pessoas que não tem dinheiro para comprar os remédios caros derivados da planta”, acrescenta.

Corpo de Bombeiros tem mais de 94% de confiança em Santa Catarina

Brenda Bittencourt

Quando o assunto é o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, a confiança da população é quase que completa. De acordo com a pesquisa Focus 2016, 94,5% dos entrevistados confiam na corporação. Esta estimativa é dividida entre 499 pessoas (45,5%) que confiam muito e 538 (49%) que confiam.

Na grande maioria, as pessoas que depositam confiança nos bombeiros são homens com mais de 55 anos e renda menor que R\$ 3.520. Para Ederli Kisner, Sargento da 2ª Companhia de Bombeiro Militar de Timbó, o resultado já era esperado, “É muito gratificante saber que as pessoas aceitam bem o que você

ama fazer”. Afirma que “se não tivesse isso tudo eu ficaria triste comigo mesmo depois de tantos anos de profissão”.

Ser bombeiro era o sonho de criança do sargento. “Conseguir passar na minha primeira tentativa, aos 18 anos. Nunca mais pensei em fazer outra coisa”, diz. “Na hora que me aposentar não sei o que vou fazer”, brinca Kisner, que trabalha como bombeiro há 25 anos e foi um dos primeiros de sua corporação.

Outros órgãos importantes para a segurança da população, as polícias não possuem tamanha credibilidade com os catarinenses. Enquanto o Corpo de Bombeiros beira os 95% de aprovação no estado, a Polícia Rodoviária conta com 67,5% de confiança,

a Polícia Federal aparece logo depois, com 66,5%. A Polícia Militar com 59,9% e a Polícia Civil com 55,9%. Com o menor índice de confiança, a Guarda Municipal fecha os números com menos da metade de credibilidade: 42,6%.

As responsabilidades dos bombeiros começam muito antes de se tornarem profissionais. Sua coragem é posta a prova no batalhão já no curso de formação, que dura cerca de oito meses. “A gente aprende a parte de militarismo, ordem unida, legislação, atendimento pré-hospitalar, combate a incêndio e vistorias”, conta soldado Charles Mengarda.

Mas muito se engana quem acredita que a vida de um bombeiro se resume apenas às ocorrências. O plantão de 24 horas

engloba também o convívio com os colegas e as atividades dos quartéis. “Sempre existe aquela agitação, aquela ansiedade de ficar esperando alguma coisa acontecer. São 24 horas cansativas, tendo ocorrências ou não”, relata o sargento Kisner.

Com apenas três anos exercendo a profissão, o soldado Mengarda percebe facilmente o retorno das pessoas. “Elas sempre reconhecem o nosso trabalho, agradecem o nosso atendimento e até nos aplaudem”, enfatiza.

Além dos militares, uma corporação conta também com os bombeiros comunitários. Seu Domingos é um deles. Ele está há 16 anos na corporação e desde então presta serviços gratuitamente à população. “Tanto militares

quanto comunitários, os bombeiros fazem o mesmo trabalho e isso é muito gratificante pra todos”, explica.

Dos 1.097 catarinenses entrevistados, 1.037 depositam confiança no Corpo de Bombeiros. A diferença para o total é de apenas 60 pessoas, que confiam pouco (31), não confiam (15) ou não souberam responder (14). “O carinho é muito grande, dá pra ver sorriso de agradecimento, os aplausos ao final das ocorrências mais difíceis ou o copo de água que recebemos ao fim de um atendimento”, lembra Ederli.

O trabalho do Corpo de Bombeiro sempre foi reconhecido pela população catarinense e a pesquisa confirma o quanto confiam nestas pessoas que salvam vidas.

Pesquisa revela confiança da população na Polícia Militar



Mais de 52% dos entrevistados confiam na Polícia Militar. **Foto: Nathan Neumann**

Jaine Bagattoli e Ana Cláudia Kostetzer

A proximidade entre os policiais militares e os cidadãos é um dos pontos que mais contribuem para a confiança da população catarinense em relação à segurança no estado. Esta é a avaliação da

Polícia Militar em relação à pesquisa realizada pelo projeto Focus em que 52,2% dos entrevistados confiam nos profissionais militares. Em contrapartida, 10,7% não confiam e 26,5% confiam pouco. A pesquisa foi feita pelos acadêmicos de Jornalismo e Publicidade da Universidade

Regional de Blumenau (Furb) em parceria com a RBS.

Para Joaquim Soares, tenente da Terceira Companhia da Polícia Militar do 18º Batalhão de Gaspar, esse resultado já era esperado, principalmente pelo relacionamento dos policiais com os cidadãos. “Eu atribuo três fatores para

esta confiança que as pessoas têm nas polícias: nosso estado é o mais seguro pra se viver, os policiais são mais próximos dos cidadãos e são mais qualificados para atender a população”, ressalta Soares.

A Polícia Militar tem diversos programas de auxílio aos cidadãos, como o programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) nas escolas, e a Patrulha Maria da Penha, que é um projeto de apoio à mulher vítima de violência doméstica. E outros projetos como o programa Vizinho Solidário que tem como objetivo realizar a integração entre moradores de uma mesma rua, para garantir a segurança e a tranquilidade. Para Soares, esses programas aumentam a proximidade da Polícia Militar com os cidadãos e fazem com que as pessoas percebam as diferentes áreas de atuação desses profissionais.

Nem todas as opiniões correspondem à mesma perspectiva. A pesquisa revela que 10,7% dos entrevistados não confiam nas polícias. O empresário Jan Carlos

Wolf (41), afirma que nem todos os policiais aspiram confiança. “Alguns visam somente o que é bom pra eles e esquecem da população”, ressalta o programador de design. Por conta da falta de policiamento na cidade de Ilhota onde reside, Jan não mais anda sozinho de bicicleta.

O contraponto de alguns cidadãos não desfaz a figura confiável que os policiais têm para a população catarinense. Hugo Leonel Lente, formado em Direito pela Furb, afirma que o sistema de prescrição é um avanço no processo de penas em que a pessoa não cumpre totalmente sua sentença. “Durante o andamento do processo o caso pode ser prescrito antes mesmo do julgamento sem que isso ofenda o princípio de inocência previsto na constituição”, explica Lente.

A pesquisa confirma que mais da metade dos entrevistados confia na Polícia Militar, mas os 26,5% que confiam pouco mostram que ainda é preciso haver melhoras no serviço prestado por estes profissionais.

Mulheres alteram rotina e hábitos buscando evitar eventuais assédios

Richard Martan Ferrari e Odair José da Silva

Um dado alarmante do 10º Anuário de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em 2016, mostra que Santa Catarina é o quarto estado com o maior número de estupros do Brasil. Isso resulta em um clima de insegurança. É o que mostra a pesquisa realizada pelo Focus, em que 64,9% das mulheres revelaram se sentir inseguras com relação a estupro/violência sexual.

Segundo a delegada Juliana Cíntia de Souza Tridapalli, da Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Blumenau, essa insegurança se

deve ao fato de o país ainda ser muito machista. Em 2015, foram realizados 15 inquéritos de estupro e 68 de estupro de vulnerável, e na maioria dos casos o crime foi praticado por um conhecido da vítima. Assim, alguns casos ganham repercussão na mídia, onde se passa a ouvir falar da existência da cultura do estupro, termo utilizado quando a sociedade normaliza algumas violências sexuais contra a mulher e muitas vezes a culpa pelo ocorrido.

Para a psicóloga Lauren Beltrão Gomes, esse comportamento de culpar a vítima está muito relacionado aos aspectos culturais da sociedade. “Nesse contexto onde o preconceito e o individualismo têm ainda

bastante força e em que as pessoas não são tão incentivadas a desenvolverem cidadania, a tendência é que o estupro não seja compreendido como um problema da sociedade, de forma que se joga a responsabilidade para vítima”, explica Lauren.

Ela ainda relata uma série de danos psicológicos à maioria das vítimas de estupro, além das sequelas físicas. “Podem aparecer culpabilização e rebaixamento da autoestima, ansiedade exacerbada, distúrbios relacionados ao sono, medo de ficar só, sintomas depressivos, sensação de perseguição e tendências suicidas. A vítima ainda tem grandes chances de desenvolver um quadro de estresse pós-traumático.”

Ainda segundo a pesquisa, a faixa etária em que as mulheres mais se sentem inseguras é dos 16 aos 34 anos, com 22,7%. Carla Packer Koerich, 20, acredita que a insegurança é maior nessa faixa etária devido às pessoas saírem de suas casas com mais frequência e também ao machismo. “Nesses dias estava andando na rua e dois homens pararam e ficaram me olhando de cima a baixo. Se eu estivesse com uma amiga seria diferente, pois se um homem passasse, nós não ficaríamos olhando e não falaríamos nada. Isso é realmente algo que me incomoda”, confessa Carla.

Segundo a delegada Juliana, a pena para quem comete um

estupro pode variar de seis a 30 anos de prisão se a conduta resultar em morte. Em Blumenau, a maioria das pessoas que cometem o crime é condenada, porém é necessário denunciar, e existem várias formas para que isso seja feito. “Indicamos vir na delegacia de proteção à mulher, pois ela é especializada. Mas a denúncia pode ser feita em qualquer delegacia do estado, além é claro, do disque 100”, conclui a delegada.

A pesquisa também revelou um sentimento de insegurança, especialmente pelas mulheres, apontando que 67,2% das entrevistadas mudaram algum hábito no seu dia a dia, como por exemplo, evitar andar nas ruas à noite e em determinados lugares.

Consegs estimulam a coletividade

Gilliard Bernardino Roden
e João Victor Baumgartel Góes

A Segurança Pública, ou a falta dela, é um dos maiores problemas enfrentados pelos brasileiros, e embora a Constituição garanta que isso é um assunto de responsabilidade dos governos federais e estaduais, é quase um consenso que esse tema diz respeito a toda a comunidade. A pesquisa Segurança SC reforça esta ideia, já que o estudo apontou que 86,1% dos entrevistados acreditam que a segurança é de responsabilidade de todos, inclusive da comunidade.

Porém, o mesmo levantamento também revelou que apenas 21,5% dos entrevistados faz parte ou conhece alguém que faça parte de alguma associação comunitária de segurança, o que demonstra que apesar de boa parte dos entrevistados acreditarem que a segurança é de responsabilidade de todos, existem poucas pessoas envolvidas de fato.

Com o objetivo de aproximar a comunidade das questões relacionadas à segurança,

foram criados os Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs), onde pessoas se reúnem mensalmente para debater questões de segurança pública com representantes das polícias e demais parceiros. “O principal papel é o de contribuir com a identificação, análise e solução dos problemas geradores de insegurança”, explica o diretor de Segurança Cidadã, coronel Luiz Ricardo Duarte.

Em Santa Catarina já foram criados cerca de 347 Consegs, mas nem todos estão em funcionamento. Em alguns casos ocorreram a fusão de dois ou mais Conselhos de um mesmo município, e em outros casos houve desinteresse da comunidade na continuidade dos trabalhos. “Eu gostaria que houvesse mais Consegs ativos no Estado, mas entendo que mais importante que a existência de um grande número é eles estarem alinhados com a proposta de auxiliar na resolução de problemas e contribuir com a mudança cultural”, avalia o diretor.

Blumenau conta com sete Conselhos, são eles: Badenfurt, Centro, Fortaleza, Garcia,



Participação da comunidade é fundamental na segurança coletiva. Foto: João B. Góes

Itoupavas, Velha e Vorstard, além da Associação dos Consegs de Blumenau (A-Conseg Blu), que interage com todos os outros.

De acordo com a presidente da A-Conseg Blu, Salete Sbardelatti, que participa do projeto há mais de 12 anos, os Consegs são uma ferramenta importante para a comunidade porque possibilitam maior proximidade junto à polícia. “Somos um braço do governo estadual, e ainda que seja um trabalho voluntário, alcançamos pessoas e famílias da comunidade, onde as polícias e governos muitas vezes não chegam”, completa.

Sobre os dados da pesquisa que revelam a pouca participação da comunidade, Duarte acredita que o número indica a falta de compromisso com o coletivo, o que preocupa. “Sem a ideia de comunidade, ou sem um senso comunitário não existe Conseg. Por isso é de fundamental importância a compreensão de que todos somos corresponsáveis pela segurança pública e que podemos alcançar melhores níveis por meio do engajamento e da coletividade”, reitera.

Silvia Regioli Campos mora em uma região onde há um Conseg ativo e também ressalta a coletividade. “É um cuidando do outro, a segurança do bairro inteiro depende disso. Cada um pode contribuir com uma parcela, se a comunidade fizer a parte dela, a polícia e o estado também vão fazer a deles, como se fosse uma engrenagem”, explica a moradora. Salete compartilha do mesmo pensamento e acredita que esse número reflete a falta de interesse da população. “Percebemos que as pessoas não se interessam muito em participar de algum grupo organizado ou entidade. Geralmente são acomodadas. Entretanto os que participam, em especial os integrantes de Consegs de Blumenau, dedicam-se muito e fazem o melhor. Blumenau é referência no Estado pela atuação dos Consegs”, afirma.

Ao difundir essa perspectiva a respeito da segurança pública, o Conseg ajuda a formar uma coletividade mais ciente de seu papel. Como resultado, auxilia na construção de comunidades mais seguras.

Medo faz catarinenses investirem mais em segurança doméstica

Deise Antunes dos Santos e
Bianca Brehmer Bernardi

Segundo os dados da pesquisa Segurança SC realizada com o Projeto Focus, o medo da violência fez com que 62,4% dos entrevistados mudassem algum hábito ou comportamento no seu dia-dia, sendo que 43,4% reforçaram esquema de segurança na residência.

A empresa Orsegups de Blumenau, assegura que o aumento do índice de assaltos e furtos fez com que a procura dos equipamentos para segurança crescesse. Os equipamentos mais solicitados são as câmeras e alarmes.

É o caso do proprietário Erhard Hersing Junior, 34, que após ser roubado três vezes, melhorou

o sistema de segurança que já possuía, acrescentando travas, sensores e grades. Ele afirma que o maior o medo é a violência, não o fato de perder bens materiais. “Isso se resolve; o problema é ganhar um tiro de graça”, avalia o proprietário.

A confeitaria Simone Aparecida Wruski Fortes, 41, também adotou medidas de segurança na sua casa tendo construído um muro mais alto, além de ter colocado grades na janelas.

Para o policial militar Danilo de Souza Pinho, 28, uma das dificuldades de atender a população é a falta de efetivo, tanto da Polícia Militar quanto a Civil, além de pouca participação da população. “Poderia citar diversas áreas que poderiam certamente melhorar a

segurança pública, mas o problema não está nas leis e nem muito menos nas políticas implantadas na sociedade. O problema maior está no ser humano, que visa somente o seu bem estar.”

Segundo o professor da Furb e sociólogo Maiko Rafael Spiess, a atitude que o cidadão deve tomar para a própria segurança é uma escolha individual. “Todo mundo tem uma receita própria: evitar certos bairros, não circular no período noturno. Mas para resolver o problema atual e futuro é preciso mais discussão e participação política, isto é, é preciso agir preventivamente por meio das políticas públicas.”

O medo da violência vêm crescendo. Segundo a pesquisa 67,2% das mulheres mudaram

mais hábitos ou comportamentos no dia-dia do que 56,5% dos homens. A renda das pessoas, também é um dos fatores que aumenta as mudanças no dia a dia. De acordo com a pesquisa, 59,2% dos entrevistados com renda menor de 3.500, 66,0% com renda de 3,500 até 8,800 e 67,3% acima de 8.800.

De acordo com Spiess a renda pode interferir em relação aos meios para se prevenir ou proteger. “Isso é um pouco relativo. As pessoas com renda familiar mais alta podem investir mais recursos em segurança ou escolher uma moradia em um bairro menos perigoso. Mas um padrão de consumo alto pode também atrair a atenção dos criminosos. Em geral, as pessoas de renda mais

alta se sentem mais ameaçadas, mas estatisticamente a criminalidade e violência nem sempre os atingem”, acrescenta o estudioso.

A solução “deve ser tratada de diferentes maneiras, simultaneamente. Por exemplo, aumentar o uso dos espaços públicos é uma saída pouco explorada”, argumenta Spiess, que crê que as medidas a serem tomadas para melhorar a segurança é um problema amplo. “Um bairro que seja dinâmico, com áreas comerciais, residências e de lazer, onde as pessoas ocupem o espaço público é menos suscetível à violência. Também é preciso procurar incentivar laços comunitários, de solidariedade. Todavia, é certo que a solução policial sozinha não é suficiente”, finaliza o sociólogo.

Entrevista

Texto: Alice Kienen Gramkow e
Maria Julia Spengler

Fotos: Nathan Neumann

A portrait of Marcos Piangers, a man with a full beard and mustache, wearing a patterned shirt. The image is overlaid with a blue tint. The text is positioned on the right side of the image.

Marcos Piangers

“A gente [jornalista] tem que saber tudo. Saber perguntar e saber traduzir para as pessoas o que os especialistas respondem.”



A segunda edição do aParte traz uma entrevista daquelas para se inspirar. Pai das pequenas Anita e Aurora, e criador do livro “Papai é Pop” Marcos Piangers é jornalista formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, apresenta o Pretinho Básico na Rádio Atlântida, além de ser repórter do programa Encontro com Fátima Bernardes. Piangers, manezinho da ilha, vive em Porto Alegre desde 2006. Na entrevista concedida à equipe do aParte, ele conta um pouco sobre profissão, família e criatividade.

aParte: Você está no Pretinho Básico, no Programa da Fátima Bernardes e escreve para os jornais Zero Hora e Diário Catarinense. Você se considera um jornalista mais completo por estar presente em todos esses meios?

Piangers: Sim. Quando fiz Jornalismo na UFSC, já percebia que não era uma boa se especializar em alguma coisa. O Jornalismo é diferente da Medicina ou do Direito, em que você vai fazer mais sucesso e ter uma carreira melhor se você se especializar num assunto. O Jornalismo é uma ciência inclusiva. Então por mais que a gente seja meio corporativo e diga que é necessário ter um diploma para saber escrever... Mentira! Qualquer pessoa sabe escrever. E se você se especializar em economia, você sempre vai saber menos do que um economista. Se você se especializar em política, você vai saber menos que um cara que é político.

aParte: Então qual o papel do jornalista?

Piangers: O jornalista tem que ser especialista em generalidades. A gente tem que saber tudo. Saber perguntar e saber traduzir para as pessoas o que os especialistas nos respondem. Então nesse processo não tem muito limite de plataforma ou de mídia para entregar isso. Você

pode entregar em áudio, em vídeo, em texto, na internet, na TV, no rádio... A minha função como jornalista, de ser completo ou não, vai depender da minha capacidade de achar um especialista, fazer as perguntas certas pra ele e traduzir o que ele me responde para as pessoas que não entendem do assunto.

aParte: : Até onde vai o jornalismo e onde entra o entretenimento na sua profissão?

Piangers: Faço entretenimento. O jornalismo investigativo focado em serviço público e fiscalização do poder público é outra coisa. Infelizmente, me parece que esta função tão nobre está morrendo.

aParte: Como aconteceu a escolha pelo curso de Jornalismo?

Piangers: Minha primeira opção era Publicidade, mas a UFSC não oferece esse curso. Assim, fiz o curso mais próximo, Jornalismo.

aParte: Qual conselho você dá para quem pretende seguir na carreira do jornalismo?

Piangers: Procure bons pro-

fessores e colegas que pensem como você e faça na internet o que você sempre quis fazer para se sentir realizado. Hoje em dia todo mundo tem um canal na mão. Aproveite.

aParte: Quando você estava na faculdade, qual era seu sonho profissional? Você se imaginava na condição que se encontra hoje?

Piangers: Meu sonho era trabalhar com entretenimento e pessoas que eu admirava na época, como o David Letterman. Meus planos eram trabalhar com internet, TV e rádio e me divertir.

aParte: Qual foi a melhor experiência que o jornalismo te proporcionou?

Piangers: Cobrir a Olimpíada de Londres e a Copa do Mundo no Brasil. Momentos inesquecíveis.

aParte: Muitas pessoas veem você como um formador de opinião, um influenciador. Você se considera um? Toma cuidado na hora de expressar suas opiniões e pontos de vista

“Fazer o que as pessoas que eu admirava na época faziam, como o David Letterman.”

por causa disso?

Piangers: Sim. Eu me lembro quando tinha a idade de vocês. Agora eu sou um velho de 36 anos. Quando eu tinha 21 anos eu queria quebrar tudo. Eu odiava todo mundo. Todas as instituições, religiões, empresas... Odiava a empresa em que eu estava trabalhando, a RBS. Queria que ela mudasse completamente. Eu achava que a empresa não me entendia. Em 2001, eu falava de blog para a RBS e eles não faziam ideia do que era um. E eu fiquei nessa batalha nos últimos 15 anos. A minha briga foi sempre geracional. Agora eu estou meio velho, passando dessa fase de reclamar. Então eu não tenho mais vontade de entrar numa rede social e xingar ninguém, pelo contrário, estou mais compreensivo. Estou mais comprometido em entender melhor as pessoas e compreender que o mais importante é a saúde das minhas filhas.

aParte: Na sua palestra sobre inovação você comentou sobre algumas tecnologias que os jovens duvidavam que chegariam ao Brasil. A tecnologia deixou de ser uma questão geracional ou é uma questão de você estar atento?

Piangers: São duas coisas: uma é essa questão de ser formador de opinião e tomar cuidado com o que eu falo. Isso aconteceu

com o Pretinho Básico. Aconteceu com a minha vida. Eu tinha um vlog em 2009 em que falava muita bobagem. Eu fui assistir e depois de um tempo e falei: Cara, que mau! Que vergonha. Então eu excluí todos os vídeos. Tem o lado de evoluir como ser humano e tem o outro de tentar não ficar velho, de não cair nesse erro de pensar que sempre será assim e eu que sei tudo.

aParte: Como essas tecnologias afetam a forma como enxergamos o mundo?

Piangers: Gosto muito de ouvir o que minhas filhas me falam o tempo todo, tudo que elas me ensinam sobre o futuro. Sempre que eu contrato alguém prefiro os mais novos. Se estiverem disputando uma vaga três pessoas com a mesma qualificação, sendo um cara de 25, um de 20 e um de 16, eu vou escolher o de 16. Acredito que os jovens estão mais dispostos e mais interessados, mais antenados no que está rolando. Lá na Atlântida tem pessoas de 15, 16 anos e eles me ensinam sobre a vida também, não apenas coisas técnicas. Já tive um funcionário que não aceitou trabalhar com software pirata. Liguei para o departamento de informática e eles instalaram o programa original. Não sei se é geracional, mas achei irado a postura dele de ser contra roubar em todos os sentidos.

Entrevista

aParte: Por que você acha que ainda é tão difícil para as empresas se renderem à tecnologia?

Piangers: Empresas são feitas de pessoas. Pessoas têm aversão à mudança. Dá medo e insegurança lidar com algo que você não domina.

aParte: O programa Pretinho Básico segue bem o estilo de “conversa entre amigos”, um assunto emenda no outro com muita naturalidade. Como funciona a construção do roteiro do programa?

Piangers: Não tem roteiro. O Pretinho não tem pauta, não tem reunião. Todas as reuniões que a gente faz são com os microfones ligados e acontecem da uma às duas e das seis às sete. Tudo que a gente decide é discutido no ar. E depois cada um vai pra um lado. A gente mal é amigo.

aParte: Quando começou o planejamento, como a RBS lidou com o fato de um programa de humor aberto?

Piangers: Existia um programa similar em uma rádio concorrente. A RBS contratou três apresentadores dessa rádio para o novo projeto na Atlântida. A direção da RBS já conhecia a estrutura básica do programa. O Pretinho tem um âncora, o Alexandre Fetter, e os apresentadores ficam ao redor. Cada pessoa da mesa recebe três e-mails do produtor, Arthur Gubert. O programa tem um roteiro básico que é composto por abertura, notícias, classificados, intervalo, e os quadros fixos: Bola nas Costas e Trabalhinho Básico. No meio disso tudo é puro improviso e anarquia, é totalmente natural.

aParte: O Pretinho Básico tem uma audiência já consolidada com ouvintes fiéis. Qual o segredo para manter o público antigo e atrair um novo?

Piangers: O programa começou de uma forma bem mais anárquica. A gente falava um monte de bobagem, piadas até mesmo agressivas, porque o programa era só pra gente. Por um tempo foi confortável ser misógi-

no, machista e ser errado. É confortável para um homem branco heterossexual. Depois o programa foi ganhando audiência. Pais de adolescentes começaram a ouvir e percebemos que saiu do nosso controle, o programa alcançava muita gente pra falarmos qualquer bobagem. Qualquer coisa que a gente falava repercutia bizarramente, então a gente passou a segurar a onda. Isso foi bom não só para o programa, mas serviu para nos mantermos atualizados. A geração de hoje não aceita piadas machistas, e isso é bom. Essa pressão ajudou a gente a evoluir como ser humano. A perceber que existem outras pessoas no

mundo e que a gente tinha que ser mais simpático.

aParte: Como fica a situação do programa em Santa Catarina com a venda do grupo RBS para o grupo NC?

Piangers: Olha, eu não sou presidente do grupo RBS (ainda), mas até

onde eu sei vai continuar tudo igual. Mas eu não apostaria a minha vida nisso. É possível que uma empresa nova, focada em lucro, venda as rádios para igrejas evangélicas ou faça algum tipo de movimento mais focado no lucro e menos no conteúdo, que era uma preocupação da RBS.

aParte: Como você concilia a sua carreira com a família?

Piangers: Há algum tempo, escrevi uma lista de coisas que eu fazia na minha vida. Coloquei tudo hierarquicamente nessa lista, mantive o que estava no topo e excluí o que estava embaixo. Tudo que não era importante eu passei a dizer não. Tive o receio de ser escanteado no trabalho, mas o que acontece é o oposto. Quando você valoriza seu próprio tempo as pessoas passam a dar valor também e te respeitam mais. Começam a te dar só as melhores oportunidades. A prioridade número um é família e a número dois é realização profissional e o resto eu fui dizendo não: para amigos, para cerveja, *happy hour*, futebol. E todo tempinho que sobra da minha família eu trabalho para minha realização pessoal.

aParte: Você consegue acompanhar o crescimento das suas filhas?

Piangers: Quase todo dia eu consigo botar elas para dormir, dar banho, dar jantar, contar histórias, de manhã eu tomo café com elas. Sempre que posso levo elas comigo nas viagens. Quando fui palestrar em Fortaleza passamos uma semana de férias no Beach Park. Às vezes elas até me apresentam. Quando estou com a minha família eu me sinto mais tranquilo, mais feliz, sabe? É uma realização plena trabalhar junto da minha família. É tão pleno isso que eu não entendo como a gente configurou a sociedade para se trabalhar longe da família. Para seu filho estudar longe do seu trabalho. Para mim isso é um absurdo. Como é que ninguém pensou que as empresas deveriam ter creche e que as escolas deveriam ter um escritorzinho ao lado para os pais trabalharem? É um absurdo o jeito que a gente construiu a sociedade. Porque eu quero estar sempre ao lado delas.

aParte: Você falou em realização profissional. Você está plenamente realizado agora ou ainda tem um grande sonho?

Piangers: Há dois anos eu dei uma entrevista dizendo que estava completamente realizado. Eu tinha tempo livre, fazia projetos na área digital, que eu adoro, dava algumas palestras... Então minha vida estava fantástica. Aí aconteceu uma coisa chamada O Papai é Pop e minha vida ficou bagunçada de novo. Então, no momento, o sucesso do livro criou uma contradição que eu preciso resolver. Mas é isso aí. O sonho é que minha mulher me sustente e eu possa ficar cuidando das minhas filhas.

aParte: Você tem alguma preocupação maior sobre o que você divulga sobre elas ou é algo mais natural?

Piangers: Tudo que a gente fala passa por um filtro no intuito de não expor as meninas. Se uma história for diminuí-las ela passa

pela Anita, que é maiorzinha e já entende as coisas. Minha mulher escreveu uma história sobre piolho que a Anita vetou do livro *A Mamãe é Rock*. A Anita já vetou histórias que eu escrevi também. Eu sinto que elas ficam mais confiantes ao falar em público, que se sentem amadas por muita gente. Então ficam mais tranquilas em expor sua opinião. A Anita pegou o microfone da Fátima Bernardes e falou espontaneamente. Ela não faria isso se não tivesse todo esse *media training* que tem por ser nossa filha. O lado negativo é a vergonha que ela vai sentir daqui a anos, que é a mesma que eu sentia quando alguém via uma foto minha quando criança. Mas é algo natural que todo mundo sente.

aParte: : Quais são seus planos para o futuro?

Piangers: Quero transformar O Papai é Pop em uma referência que incentive homens a serem mais participativos na criação dos filhos.



Futuro da igualdade de gênero está nas escolas

Pesquisa revela que professores e alunos ainda consideram a homossexualidade uma doença

Por Alice Kienen e Ana Paula Dahlke

Uma pesquisa realizada no Brasil, pela Unesco, envolvendo o tema juventude e sexualidade apontou que ¼ dos alunos entre 15 e 19 anos não gostariam de ter um colega homossexual, sendo que quase 20% deles ainda considera homossexualidade uma doença. Estes dados são de 2004, mais de uma década atrás, mas essa realidade pode demorar muito a evoluir. No ano passado, a Câmara Municipal de Blumenau aprovou 26 emendas para o Plano Municipal de Educação, excluindo totalmente a educação de gênero nas escolas do município. E isso não aconteceu apenas nesta cidade.

Grande parte do país caminha em direção a políticas ainda mais conservadoras quando se trata da discussão de gênero. O medo deles? Que as crianças sejam influenciadas pelo que consideram uma “Ideologia de Gênero”. Dessa forma, os alunos e, conseqüentemente, a sociedade, permanecem sem entender e debater estes assuntos, que estão baseados em parâmetros científicos, e não ideológicos. As conseqüências? O Brasil, reconhecido por ser um país tão amigável e caloroso, é o que mais mata transexuais e homossexuais no mundo, segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia de 2013.

“Boa parte dos preconceitos são formados por falta de informação. E aqui em Blumenau há uma resistência muito forte quanto a isso porque não há informação necessária para se discutir sobre o tema”, explica a historiadora e professora Tairine Deola. Para ela, esse tema não deve ser debatido apenas nas instituições de ensino, mas também na Câmara. Afinal, o



Estudo de gêneros da escola ainda é tabu no Brasil. Foto: Nathan Neumann

estado é laico.

É importante lembrar que falar de gênero nas escolas não é necessário apenas para acabar com a homofobia, mas também com o machismo. Ainda hoje é comum ver as meninas ajudando mais com os serviços de casa do que os meninos, ou a ideia de que quem cuida dos filhos é a mãe, apenas. Além disso, estamos em sétimo lugar no ranking mundial de feminicídio. A cada noventa minutos, uma mulher é assassinada no país. A pesquisa é do Instituto de Pesquisa de Econômica Aplicada (Ipea) e também aponta que a maioria dos assassinatos são cometidos por parceiros ou ex-parceiros. Mas a agressão também está presente no dia-a-dia. Segundo a pesquisa Menina Pode Tudo (realizada no ano passado pelo Enóis Inteligência Jovem, Instituto Herzog e Instituto Galvão) 91% das meninas sofreram agressão verbal na rua, enquanto 41% sofreram algum tipo de agressão sexual.

A escola Blumenauense de educação infantil e fundamen-

tal Yellow Tree vai contra essa corrente. Para sua fundadora e diretora, Raquel Stumpf Bernardes, as crianças precisam ter liberdade para serem elas mesmas, mas, acima de tudo, aprendem a ter amor e respeito ao próximo. Depois de 20 anos trabalhando na área da educação, ela enxergou a necessidade de uma escola mais livre e democrática em Blumenau e resolveu aproveitar essa oportunidade. “Aqui todo mundo tem voz ativa e todo mundo participa do processo de educação, desde a cozinheira até o pai que traz a criança”, relata Raquel.

Ela deixa claro que o termo “educação” vai além dos conteúdos programáticos da escola, por isso a Yellow Tree aposta na educação compartilhada, onde os pais e professores se unem para educar as crianças. Mas quando se trata da discussão gênero, ela deixa claro que é necessário levar em consideração as habilidades cognitivas que a criança possui. “Eu não vou ter uma conversa sobre identidade de gênero com uma criança de três anos, por-

que para ela isso ainda é muito abstrato. Mas uma criança de seis anos já tem capacidade de compreender e assimilar isso”, exemplifica.

Essa proposta nem sempre é bem vista, mas eles mantêm sua postura. “A gente já recebeu várias críticas como, por exemplo, nos indagaram se colocamos saias nos meninos. Nós não fazemos isso, mas nós respeitamos o direito que o menino tem de usar saia se quiser”, explica a diretora. Para ela, o que falta é informação, posicionamento e percepção das pessoas. “Para a criança isso tudo é natural, e por que não deveria ser? O preconceito está no adulto”, aponta Raquel. E ela deixa o aviso: “o ser humano está evoluindo e a escola não está acompanhando essa evolução. A necessidade desse debate é urgente”.

A psicóloga Carolina Busarello Brüning, especialista em sexualidade, também acredita que a escola tem papel importante na formação do caráter dos jovens: é no dia a dia da escola, onde

adquirimos conhecimento, que nos tornamos pessoas melhores.

A escola tem a obrigação de proteger os seus alunos, fazendo dela um espaço de segurança para os jovens. “Eles, os jovens, não são os únicos responsáveis, mas têm o dever de plantar a semente”, comenta a psicóloga. Mas ela também aponta a maior dificuldade. Para educar os alunos é necessário, antes, educar o corpo docente. A pesquisa da Unesco demonstrou que muitos professores consideravam a maioria dos casos de homofobia uma brincadeira, por isso não interferem quando veem alunos sendo discriminados em sala de aula.

A psicóloga explica que é importante para as crianças entender as diferenças. Elas precisam aprender a compreender que os colegas podem gostar de coisas diferentes. Mas que não necessariamente precisam gostar das mesmas coisas. “Todo mundo tem direito à opinião, mas você precisa aprender a respeitar. Julgar é uma coisa humana, mas emitir julgamento é algo que todos podem aprender a controlar”, explica ela.

Entretanto, o papel da discussão de gênero vai além de educar os estudantes, ele também é importante para incluí-los. Não são poucos os jovens que abandonam a escola por se sentirem excluídos e sofrerem agressões – não apenas de colegas, mas também de professores. Na pesquisa da Unesco, alguns professores responderam que não gostariam de ter alunos homossexuais, enquanto outros responderam que “não têm preconceito, mas preferem eles longe”. Mas o mais chocante é que nem mesmo a metade deles afirmou entender a homossexualidade, ou seja, trata-se de uma questão de falta de conhecimento, acima de tudo.

Uma doença chamada preconceito: como funciona o acesso LGBT à saúde pública

Na teoria, a saúde deveria ser igual para todos. Mas na prática, a população LGBT costuma ter seus direitos negados – e precisa tentar atravessar as barreiras criadas pelo preconceito

Luisa Von Padilla e
Brenda Pereira

“**T**odo ser humano fica doente e isso é normal. Eu morro de medo de sofrer um acidente, quebrar uma perna, um braço ou ter que fazer uma cirurgia e ter os meus direitos violados”, desabafa Alice Alves. Mesmo com a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), a população LGBT é discriminada e privada de seus direitos por sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Luan Felipe Santos, integrante do Coletivo Liberdade, conta que hoje, “se um transexual é internado, não pode escolher o quarto conforme sua identidade de gênero. Ele trans ou ela trans vai de acordo com o sexo biológico, num outro quarto. A pessoa enferma acaba sendo duplamente prejudicada. Primeiramente pela enfermidade dela e outra pela transfobia”, comentou Santos.

Em dezembro de 2011, a portaria nº 2.836 instituiu, no âmbito do SUS, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. O objetivo da portaria, conforme o art. 1º, é “promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo”.

A diretora de ações em saúde da prefeitura de Blumenau, Andréa Silva, conta que, para atender a Política Nacional de Saúde Integral LGBT em Blumenau, “são desenvolvidas estratégias de

saúde desta população, por meio da articulação com os órgãos responsáveis”. Andréa ainda diz que são feitas reuniões com participantes do movimento social LGBT, visando ao levantamento de demandas e qualificação dos serviços, ação que segue a Política de Saúde Integral LGBT, a qual afirma, no inciso VIII do art.6º, que compete ao município “apoiar a participação social de movimentos sociais organizados da população LGBT nos Conselhos Municipais de Saúde, nas Conferências de Saúde e em todos os processos participativos”.

“A gente teve uma reunião com o Núcleo de Saúde de Blumenau. Eles convidaram o coletivo porque queriam fazer um levantamento das demandas do coletivo para com a saúde pública”, confirma Luan. Mas parece que só funciona na teoria. A ginecologista Fernanda Vaz fez o curso de Política de Saúde LGBT oferecido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNA-SUS/UERJ) e afirma: “Uma questão que eu refleti após o curso foi sobre a internação hospitalar de pessoas trans. Não há uma discussão, protocolo ou normativa se a

internação seria em quartos do gênero biológico ou se respeitaria o processo transexualizador” coloca Fernanda.

Alice relata o medo de ter que ir ao hospital: “se hoje eu sofresse um acidente, iria ficar num quarto junto com homens. Todo mundo sabe que, na rede pública, não tem esses aparatos como as pessoas que têm possibilidade de pagar, que podem escolher um quarto isolado. Ali tu tá dividindo um quarto, fica à mostra os seios, a bunda, e isso é uma violação”.

Sobre isso, Luan enfatiza: “Quem pode, paga um quarto particular, o que não é a realidade de todo mundo; e quem não pode pagar, então tem que ser colocado no quarto do sexo biológico, o que não condiz com a identidade de gênero da pessoa”.

As barreiras do preconceito

Ainda no art.2º, os incisos XV e XIX visam promover o respeito à população LGBT e atuar na eliminação do preconceito contra este público nos serviços de saúde. A diretora de ações comenta que “estão programados momentos de capacitação aos profissionais de saúde com o objetivo de manter a qualificação no atendimento, considerando a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT e as Políticas de Saúde, garantindo a integralidade da atenção e promovendo enfrentamento do preconceito e da discriminação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis transexuais nos serviços de saúde”.

Fernanda conta que não há capacitações para os profissionais, “apenas panfletos são colados nas paredes dos postos de saúde indicando que devemos respeitar o nome social”. E acrescenta que “os desafios na reestruturação de serviços, rotinas e procedimentos na rede do SUS são relativamente fáceis de serem superados. Mais difícil, entretanto, será a superação do preconceito e da discriminação que requer, de cada um e do coletivo, mudanças de valores baseadas no respeito às diferenças”.

Luan conta que, quando foi ao médico, escolheu um que sabia que era inclusivo porque não queria ter que esconder nada. “O que a gente mais ouve é gente que nem tem coragem de ir pela certeza de ter o preconceito, porque sabe que não



Carteirinha do SUS com o nome social impresso do paciente como forma de inclusão social. **Foto: Nathan Neumann**

tem preparo da rede. Principalmente com a sigla T”, comentou.

“Qualquer ação básica de um ser humano em sociedade se torna um martírio para as pessoas trans, um campo de concentração. E, na área da saúde, não podia ser diferente. Infelizmente isso é uma realidade ainda que todas as pessoas trans passam. Há exceções de médicos, de pessoas que têm empatia, são acolhedoras, capazes de fornecer um ambiente agradável e acolhedor para que a gente se sinta à vontade como qualquer pessoa que tem direito na constituição universal”, diz Alice. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o artigo VI diz que “todo ser humano tem o direito

de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei”. E o inciso 1º do artigo XXI coloca que “todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público de seu país”.

“As pessoas costumam ter medo do que é diferente delas e assim a população LGBT acaba ficando à margem da sociedade. Acho importante sempre frisar que somos todos, sem exceção, únicos nas suas vivências, opções, preferências, ações e que o respeito mútuo e o caminho para balizar essas diferenças é incluir esses indivíduos em todas as esferas sociais como seres humanos ativos e produtivos para o bem comum”, coloca a ginecologista Fernanda Vaz.

Campanha quer erradicar machismo na Oktoberfest

Iniciativa tem como objetivo conscientizar turistas e blumenauenses sobre os males do machismo

Vanessa Eskelsen

Um puxão inesperado no braço. Uma tentativa de beijo forçado. Xingamentos e ameaças quando negados pelas mulheres. Comumente testemunhamos tais acontecimentos nos pavilhões da Vila Germânica durante os dias de Oktoberfest. Buscando erradicar estes “comportamentos” inadequados (não apenas durante os dias de festa), o Coletivo Feminista Casa da Mãe Joana, movimento que luta pelos direitos das mulheres em Blumenau e região, criou a campanha “Oktober sem Machismo”.

A campanha teve como ponto de partida uma propaganda veiculada por uma das cervejarias patrocinadoras oficiais da festa em 2015. Na ocasião, a publicidade retratou de maneira estereotipada e racista as mulheres blumenauenses, gerando grande polêmica nas redes sociais – polêmica esta que fez a cervejaria desistir de veicular a propaganda, que acabou censurada.

O principal objetivo da “Oktober Sem Machismo” é conscientizar turistas, blumenauenses e “as próprias mulheres de que elas não são objetos sexuais”, como explica uma das idealizadoras, Manoella Back. “É importante ressaltar que a campanha não é só para explicar isto aos homens, mas também fazer com que as próprias mulheres tenham consciência de que não são obrigadas a retribuir uma cantada, um beijo ou abraço forçado”, destaca.

Como uma forma de popularizar a campanha, foi criada uma página no Facebook para dar visibilidade e problematizar as diversas formas de abusos sofridos pelas mulheres na Oktoberfest de Blumenau. Nela, podemos encontrar informações sobre estupro, objetificação da mulher, publicidade machista, entre outros assuntos que envolvam violência, abuso e formas de opressão. “Muitas vezes, estas

coisas acabam sendo naturalizadas e acabam não entrando para as estatísticas, por exemplo, porque não são feitas denúncias”, diz Manoella.

Apesar do conhecimento generalizado dos casos de tentativas, não há um aumento oficial no número de denúncias. Segundo o agente de polícia Rodrigo Leitão, da Delegacia de Proteção à Criança, Mulher, Adolescente e Idoso, os números seguem estáveis no decorrer da festa. “Esse ano foi denunciado apenas um caso que culminou na Lei Maria da Penha, que foi um caso de agressão durante a festa. Mas não é comum aumentar”, afirma o agente.

Somente este ano, até o dia 3 de novembro, a Delegacia atendeu 1.623 ocorrências envolvendo violência contra a mulher. Durante o período da Oktoberfest, houve o registro de cinco ocorrências; isto demonstrou um aumento em relação ao ano passado, quando houve apenas duas ocorrências registradas. “Entretanto, não podemos afirmar que estes casos tenham ligação com a festa, pois os dados que temos apenas relatam o tipo de ocorrência, assim como também não sabemos se estes casos foram verificados e confirmados. A princípio, são apenas denúncias”, relata a escritora Rosane da Silva Aguiar. “Também não é comum que mulheres denunciem quando são tocadas ou sofrem algum tipo de assédio que não tenha gerado danos físicos durante festas como essa, por exemplo”. Dos casos denunciados neste ano, há uma ocorrência caracterizada como assédio sexual e três casos de estupro. Já no ano anterior, houve um estupro e uma tentativa do mesmo crime.

Para Letícia Frota, outra idealizadora do movimento, a campanha tem surtido efeitos positivos. “Eu particularmente percebi bastante apoio, pelo menos mais do que esperava para uma cidade conservadora como Blumenau”, comenta. Letícia conta que ficou



Lambe-lambes que foram espalhados por Blumenau em outubro. Foto: Luiz Guilherme Antonello

muita surpresa em uma noite específica na qual colava cartazes sobre a campanha em um ponto de ônibus próximo à Furb. “Eu fiquei receosa no começo, com medo da rejeição das pessoas, mas grande parte do pessoal que nos via colando ficava curioso, perguntava o que era, e quando explicamos, muita gente deu parabéns!”, relata. Letícia também diz que houve rejeição, mas que foi minoria e que o momento foi bastante oportuno para dialogar com o pessoal.

Questionadas se haveria alguma expansão da campanha, as meninas disseram não terem conversado de forma definitiva sobre o assunto, mas Manoella

conta que já houve uma roda de conversa sobre o tema na Furb e que é comum ouvir das pessoas que expandam a campanha para fora do Oktoberfest. “Sabemos que são situações cotidianas e corriqueiras principalmente fora da festa. O Coletivo trabalha com outras frentes conforme a época do ano, mas penso que devemos expandir sim”, explica.

Segundo o estudo “Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil”, foram atendidas aproximadamente 224 mil vítimas de diversas tipos de violência em 2014 no país. Destas, 147 mil foram mulheres que precisaram de atenção médica por violências domésticas,

sexuais e/ou outras. Ou seja, duas a cada três vítimas. De maneira resumida e impactante, a cada dia do ano cerca de 405 mulheres foram atendidas em unidades de saúde por alguma violência sofrida – fora as que não procuraram atendimento médico.

Segundo a estimativa da pesquisa, a violência doméstica e familiar é a mais comum praticada contra as mulheres no Brasil. De acordo com os dados oficiais, quatro a cada sete homicídios de mulheres foram praticados por pessoas que tinham alguma forma de relacionamento com as vítimas. O estudo foi feito pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso).

A desvalorização do cinema nacional

Longametragem “Aquarius” foi negligenciado em sua distribuição em Blumenau e região

Luiz Eduardo Machado

Em 2013 os filmes nacionais que levaram maior público aos cinemas foram “De Pernas pro Ar 2” e “Minha Mãe é Uma Peça”. Estes dois sucessos geraram um crescimento de 10% de público com relação ao ano anterior. Isso representa um cenário muito comum nas programações que geralmente chamam a atenção do público. De todas as produções brasileiras a alcançar as salas de cinema anualmente, a maioria é de comédias que atraem mais espectadores e acabam sendo os maiores destaques de distribuidoras. Porém há um desleixo com produções dramáticas por parte desta mesma distribuição e os cinemas tem dificultado muito o acesso de quem quer assisti-las.

Recentemente o longametragem “Aquarius”, de Kleber Mendonça Filho, foi negligenciado em sua distribuição em Blumenau e região. Dos três shoppings da cidade, apenas dois deles receberam cópias do filme, com duas semanas de atraso após a estreia. Em ambos os cinemas o filme foi exibido em poucas salas e com horários noturnos de pouca acessibilidade. Sendo que na rede GNC, no Shopping Neumarkt, a única sala disponível era a VIP que custa mais que o dobro da sessão normal. O mesmo aconteceu no ano anterior com a estreia do filme “Que Horas Ela Volta?”, da diretora Anna Mui Laerte.

É importante perceber também como as produções que recebem mais atenção das distribuidoras são as comédias da produtora Globo Filmes. A maioria destes filmes mais ocupa as salas de cinema e recebe o maior público exatamente por, quase sempre, possuir rostos conhecidos da televisão. “Dona Flor e Seus Dois Maridos”, uma das maiores audiências nacionais, de 1976, era uma comédia. Não necessariamente associam-se as bilheterias a apenas comédias globais. Para Marta Corrêa Machado, professora do curso de cinema da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), “as comédias tem uma facilidade maior, pois estão associadas ao



Salas de cinema de Blumenau priorizam produções americanas em detrimento dos filmes nacionais. **Foto: Nathan Neumann**

conteúdo de televisão também. Acaba que as pessoas procuram um entretenimento mais leve quando elas estão indo ao cinema. Vai-se ao cinema para desligar do mundo e drama não desliga”. Por causa disso, comédias acabam recebendo mais atenção por terem atores que são conhecidos por novelas, ou adaptações de conteúdos televisivos que seguem estruturas narrativas muito parecidas com essas dramaturgias tão conhecidas. Um grande exemplo disso são as adaptações de “Os Dez Mandamentos – O Filme” e “Carrossel 2 – O Sumiço de Maria Joaquina”, que são atualmente as maiores bilheterias de uma produção brasileira em 2016. São associadas ou são muito divulgadas pela própria estrutura da televisão.

Não são apenas as comédias que dominam as salas. Há muito tempo o mercado de produções audiovisuais vem sendo tomado por produtos estrangeiros. Por melhores que sejam as produções brasileiras, o público parece sempre optar por consumir filmes hollywoodianos. É comum preferir-se assistir a um blockbuster milionário a algo produzido no próprio país. Seja pela falta

de interesse do público, ou pela má distribuição das produtoras, filmes nacionais enfrentam o dobro da dificuldade para arrecadar espectadores. Para a publicitária Larissa Schlögl, atualmente fazendo seu doutorado de Comunicação em Portugal, “não adianta ter um roteiro sensacional e não possuir uma forma de realizá-lo. Fica inviável manter essas produções em cartaz e se não tem retorno financeiro o cinema não vai manter”.

O cinema é, prioritariamente, um produto caríssimo que exige muita demanda e recursos para ser feito, assim como séries de televisão. Os norte-americanos conseguem produzir muito conteúdo por causa dos orçamentos altos e a qualidade técnica incomparável. Mas existe uma estrutura comercial envolvida nisso que garante que o produto americano esteja nos pontos de venda e em todo o mundo. E por causa disso há muita dificuldade em concorrer com eles.

Entretanto, essa não é uma peculiaridade do Brasil. Isso acontece com frequência em outros países também, pois o cinema americano é hegemônico. Ele

domina os processos de distribuição e divulgação. A professora Marta Corrêa aponta também que “criou-se uma rede para escoamento de sua produção, um público e uma forma de divulgação que gera uma demanda que é atendida. É um ciclo que se criou e funciona muito bem e que é difícil de quebrar para qualquer cinematografia, inclusive a brasileira”. Sobre o assunto, o professor Rafael José Bona observa como o brasileiro “assimila um cultura de fora e trata como se fosse sua. Pega o que é do outro e só o que é do outro serve”.

Não é que o brasileiro não goste de ver conteúdo nacional. Tanto que quando é ofertado tem índice de audiência muito alto. O conteúdo mais assistido, que são as telenovelas e o jornalismo nas redes abertas, é nacional. Não é possível se afirmar que esse conteúdo não seja interessante. Ao ser criado tendo as produções estrangeiras como sinônimo de qualidade, muitas vezes se esquece de que coisas muito boas são feitas no Brasil. É inegável que com o passar do tempo o cinema nacional está se aperfeiçoando, tanto que cada vez mais é possível

ver essas produções entrando em listas de maiores bilheterias e até ganhando reconhecimento internacional.

A atriz Simone Spoladore, que é atualmente protagonista na série “Magnífica 70” da HBO, ressalta: “no Brasil dos anos 60 e 70 existiam filmes maravilhosos, que são pouco conhecidos. Grandes mestres fizeram cinema naquele período como Rogério Sganzerla e Glauber Rocha. Acredito que as produções brasileiras tem se profissionalizado ao longo dos anos, podemos ver isso nos filmes e nas séries”. Mas ainda assim, algumas pessoas parecem criar uma resistência a essas produções. Não é incomum ver uma pessoa dizer que não gosta de filmes brasileiros.

Este cenário poderá ser observado com a repercussão do filme “Pequeno Segredo”, de David Schürmann, que será o candidato brasileiro para disputar uma vaga no Oscar 2017. O filme já está sendo celebrado como um sucesso de crítica, mas se atrairá um grande público, renovará o cinema nacional ou se ganhará maior atenção que inúmeras comédias que estão prestes a serem lançadas é algo a ser observado.

Intercâmbio: uma vida diferente

Jacqueline Hilbert

Compras, novas amizades, muitos passeios, mais compras, conhecer vários países em pouco tempo, comidas e bebidas. Bem, se você pensa que isso resume o que é fazer intercâmbio, existe um pequeno engano: há muito mais acontecendo na vida de um intercambista. Mas, quem nunca quis fazer um intercâmbio?

Na hora de decidir, o aluno deve tomar cuidado, tudo deve ser muito bem pensado: além das taxas da universidade, existe a preocupação com vistos, passaportes, carta de aceite. E é claro, o custo de vida e a qualidade de ensino de cada país também devem ser levados em consideração.

Entretanto, há inúmeros pontos positivos, que vão além do conhecimento adquirido. Existe uma troca de cultura, de costumes, aprende-se a viver e conviver com as diferenças. Aline Scaburi, de 24 anos, que fez um ano de intercâmbio em Tarbes, na França, conta que o brigadeiro brasileiro foi sensação entre os estudantes de outros países.

O que torna a experiência de um intercâmbio ainda mais proveitosa é a jornada única, a possibilidade de dedicação apenas aos estudos. “Torna o aprendi-

zado muito mais proveitoso, e é extremamente importante ter tempo para se dedicar às disciplinas, por causa das dificuldades com o idioma”, afirma Aline.

Porém, há um vilão, e é um sentimento: a saudade. Quem foi sente saudades de quem ficou, e quem ficou, morre de saudades de quem foi. Aline lembra que teve de ensinar sua mãe a usar o Skype, pois falar ao telefone se torna caro, e é muito melhor ver a pessoa com quem estamos falando.

A família também sente preocupações, o que, com a família de Aline, se agravou durante novembro de 2015. Ela já estava há um tempo na França, quando o país foi alvo de ataques terroristas que deixaram 129 mortos. Os ataques aconteceram em casa de shows e restaurantes, o que causa ainda mais aflição na família e amigos, que estão longe. Contudo, a cidade em que Aline estava não foi atingida.

Sobre as dificuldades de se viver e estudar em outro país, totalmente desconhecido, Aline afirma: “o maior desafio é emocional, tem que estar firme no que você quer e tentar sempre ver o lado positivo das coisas e sempre estar aberto ao novo”. Mas ressalta: “vale muito a pena”.



Intercâmbio tem sido cada vez mais procurado por estudantes universitários. Foto: Nathan Neumann

De lá pra cá

As dificuldades encontradas por um brasileiro ao decidir fazer intercâmbio são muito parecidas com as de alguém que vem de outro país pra cá. É o caso de Julian Seevers, um alemão de 21 anos que está aqui há pouco mais de um mês, e apesar de já fazer aulas de português em sua cidade, ainda não se familiarizou muito com nossa língua.

As diferenças estão também no método de ensino e na forma de viver das pessoas. Enquanto nas universidades da Europa os professores têm uma relação rígida com seus alunos, no Brasil é bem diferente. Apesar de serem sempre cordiais, existe um diálogo mais aberto e intimista com os alunos. No entanto, Julian afirma estar gostando muito daqui.

Em pesquisa realizada neste ano, a Belta (Associação Brasileira Especializada em Educação

Internacional) aponta que o país dos sonhos dos estudantes brasileiros continua sendo os Estados Unidos. Porém, o custo de vida do país (moradia, alimentação, vestuário) é elevadíssimo, o que faz com que boa parte dos estudantes optem por outros países. Dessa forma, um país que vem se destacando mais como destino dos brasileiros é o Canadá, que desperta interesse pelo custo/benefício e cotação da moeda.

Projetos culturais são levados aos bairros

Gabriela Ribeiro

Novas iniciativas culturais são realizadas em Blumenau por produtores independentes. A ideia é utilizar e dar vida aos espaços públicos do município, incluindo as regiões centrais e a periferia, com eventos culturais gratuitos. Sofá na Rua, Feirinha da Servidão Wollstein, Conexão Blumenau e Batalha do Vale são alguns dos projetos desenvolvidos atualmente.

O objetivo do projeto Sofá na Rua é trazer diversidade cultural através da música, e dessa forma, contribuir com os artistas blumenauenses e da região, que se apresentam trazendo suas músicas autorais. No estado de Santa Catarina, o evento acontece em Blumenau e em Rio do Sul (Alto Vale), em São Paulo, acontece na capital, e no Rio Grande do Sul,

a ação é realizada em Pelotas, cidade que leva o pioneirismo do festival.

A partir deste ano, junto com o Sofá na Rua acontece a Feirinha da Servidão Wollstein, que já existe desde 2013. É uma feira de artesanato, brechó, sebos e também vestuário, onde os feirantes, que são pequenos empreendedores, conseguem divulgar seu trabalho. Atualmente, a feirinha soma aproximadamente 70 estandes.

Outros projetos que têm ligação com a música são o Conexão Blumenau, que é realizado no Cafundó Bar Cultural e também tem como propósito fomentar a música autoral de artistas de várias cidades de Santa Catarina. E o Grito Rock, que já vai para a quarta edição. Neste ano, o festival aconteceu de 10 a 17 de abril, totalizando 21 shows,

intervenções artísticas, rodas de conversa, e assim como os outros projetos, integrou diversos espaços da cidade.

A fotógrafa Bruna Zago conta que no final de 2015, junto com o produtor cultural Diego Lottin, inscreveu alguns projetos no Edital Municipal de Apoio à Cultura, sendo todos contemplados. Fora do edital, existe o Batalha do Vale, um evento de rap que acontece mensalmente, sempre em uma praça diferente da cidade. “Visamos a descentralização da ação, deixando o centro da cidade e indo para os bairros, pra levar a cultura urbana para as pessoas que moram afastadas e não têm muito acesso ao centro”, explica.

O Sofá na Rua, Conexão Blumenau e o documentário A ponte - que vai apresentar as grandes diferenças sociais econômicas e culturais da “Alemanha sem

passaporte” - são patrocinados pelo Fundo Municipal de Apoio à Cultura. Os outros projetos citados até o momento na reportagem não têm nenhum apoio do poder público, segundo Bruna. Ela informa que existe diálogo, mas as políticas públicas para incentivar o mercado cultural do município são inexpressivas.

Todos os projetos realizados pelos produtores culturais atualmente buscam a produção coletiva, com a participação de pessoas que não precisam necessariamente morar em Blumenau. Renato Becker, 18, que mora em Massaranduba e faz parte do Coletivo Lente Crua, participou da cobertura do Grito Rock esse ano. Para ele foi uma experiência nova, “conhecemos várias pessoas que fazem fotos e lidamos com desafios, como fotografar shows”, afirma.

AGENDA CULTURAL

Sofá na Rua Blumenau:
13 de novembro e
11 de dezembro

Feirinha da Servidão Wollstein:
13 de novembro e
11 de dezembro

Batalha do Vale:
15 de novembro
(dezembro a definir).

Conexão Blumenau:
30 de outubro,
27 de novembro e
17 de dezembro.

Perfil dos trabalhadores

Profissões resistem ao tempo

Nesta segunda edição do Jornal aParte, a equipe retrata o cotidiano de um grupo de trabalhadores de profissões tradicionais que ainda são exercidas em Blumenau. Durante dois meses, o fotógrafo Nathan Neumann visitou diversos locais de trabalho destes blumenauenses, que já estão há décadas no exercício do ofício. O curioso é que em plena era da tecnologia, as profissões retratadas não exigem ferramentas eletrônicas e dependem única e exclusivamente do trabalho manual.

